



TAM S.A. e controladas

Demonstrações financeiras para os exercícios
findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e
Relatórios dos Auditores Independentes



Relatório da administração

A TAM S.A. é uma holding que detém o controle da TAM Linhas Aéreas S.A., que por sua vez, é uma das líderes no setor de transporte de passageiros e cargas no Brasil e apresenta em 30 de abril de 2019, as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A TAM S.A. ("TSA" ou "Companhia") refere-se à entidade consolidada e suas respectivas subsidiárias, cujas atividades estão relacionadas com transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional, à aquisição e ao financiamento de aeronaves, à captação de recursos e ao desenvolvimento de atividades de agenciamento de viagens e turismo.

O ano de 2018 registrou o oitavo aniversário da associação entre a antiga LAN Airlines S.A. e TAM Linhas Aéreas S.A. ("Companhia") e o terceiro aniversário da marca LATAM. Em 2018, transportamos mais de 34 milhões de passageiros, com "load factor" (taxa de ocupação) de 81,30% nos voos do mercado doméstico brasileiro e de 83,60% nos voos internacionais operados entre o Brasil e destinos nas Américas, na Europa e na África do Sul. No ano, também iniciamos operações a partir de São Paulo para novos destinos, como Boston, Las Vegas, Lisboa e Mendoza.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A receita líquida apurada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$17,8 bilhões, comparada com R\$15,9 bilhões no ano anterior. O incremento de 12% observado na receita líquida reflete, principalmente, o aumento do preço do ticket médio no transporte de passageiros. No exercício de 2018, as receitas de passageiros, cargas, programas de fidelidade e outras corresponderam a 86%, 10% e 5% da receita bruta total, respectivamente.

O resultado obtido pela Companhia apresenta uma redução significativa, passando de um lucro líquido de R\$512 milhões para um prejuízo líquido de R\$ 92 milhões, devido principalmente ao aumento dos custos em R\$2,6 bilhão sendo que combustível representa R\$1,8 bilhão, reflexo do incremento do preço por barril (de US\$ 50,79 em Dez/17 para US\$ 65,06 em Dez/18), aumento do consumo de 5%, fortalecimento do preço do dólar em 15% com relação ao ano anterior e também ao impacto causado pela greve dos caminhoneiros, que afetou a economia brasileira como um todo - vale destacar que, em 2018, o crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil foi de apenas 1,1%. Com o intuito de diminuir a exposição cambial, a Companhia realizou um aumento de capital social em março de 2018, por meio de cessão de créditos de contas



a receber de partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Continuamos focados em nosso plano de redução de custos iniciado em 2015, quando identificamos oportunidades de sinergia entre as operações e concentramos os nossos recursos em operações mais estratégicas. Nossos projetos estão sempre buscando oferecer a melhor experiência para os nossos clientes, “cuidando para que os sonhos cheguem ao seu destino”, com segurança, eficiência e atenção.

Em setembro de 2018, transferimos para a Orbital - WFS, empresa especialista em serviços aeroportuários, toda a operação de rampa e limpeza (ground handling), gestão de equipamentos de solo (GSE) e atendimento a clientes com bagagens perdidas ou danificadas (Lost Luggage) nos aeroportos de Guarulhos, em São Paulo; e do Galeão, no Rio de Janeiro.

Além disso, concluímos no Brasil a implantação do Sabre, que é o mesmo sistema de reservas, vendas e check-in da operação chilena da LATAM Airlines S.A. Com isso, tornou-se ainda mais simples para o passageiro realizar suas conexões em voos internacionais e domésticos de toda a nossa malha aérea, independente do país em que ele adquire o seu bilhete. Essa integração de sistemas permite que o cliente tenha uma experiência única de viagem com a LATAM em todos os países onde a Companhia opera.

Em 2019, o Grupo LATAM Airlines seguirá avaliando com atenção e de forma permanente a evolução do cenário no Brasil, sempre sensível aos efeitos do câmbio e do preço do petróleo. A Companhia seguirá investindo de forma racional no fortalecimento do seu hub (centro de conexões) de Guarulhos (São Paulo) e na expansão de sua rede internacional, com novas rotas como Porto Alegre-Santiago e São Paulo-Santa Cruz de la Sierra.

Além disso, os clientes da LATAM poderão experimentar as novas cabines das aeronaves de rotas domésticas e internacionais, que estão sendo remodeladas em um projeto com o maior investimento da história do Grupo LATAM Airlines (cerca de US\$ 400 milhões). Em todo o Grupo, serão reformuladas mais de 40 aeronaves que realizam voos de longa distância (Boeing 777 e 767) e 95 aeronaves que operam rotas curtas (Airbus A320 e A321).

Nesse sentido, no Brasil, o Centro de Manutenção (MRO) da LATAM, localizado em São Carlos, será responsável pela remodelação de mais da metade da frota dos aviões da família Airbus A320, utilizados em rotas domésticas nos países em que atua. Para isso, estão sendo investidos R\$22 milhões no MRO, para a ampliação da infraestrutura, a compra de equipamentos e a contratação de 150 pessoas.

Por fim, em 2019, a Companhia concluiu o processo OPA “Oferta Pública de Ações” da Multiplus, por aproximadamente US\$305 milhões, e também passou



a operar o seu novo centro de manutenção, o CML (Centro de Manutenção em Linha), com investimento total de R\$130 milhões. O CML é capaz de receber sete aeronaves de dois corredores (wide body), como os Boeing 777, 767 e 787, e o modelo Airbus A350, ou até 19 aviões de um único corredor (narrow body) da família Airbus A320, em um espaço com mais de 65 mil metros quadrados.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Acionista e Administradores da
TAM S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TAM S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

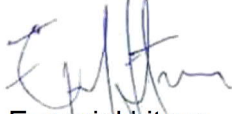
detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	953	10.420	874.948	777.464
Aplicações financeiras	7	3.212	4.676	1.234.999	1.561.226
Caixa restrito	8	-	-	10.083	5.338
Contas a receber	9	5	5	6.498.427	4.636.454
Estoques	10	-	-	472.641	365.869
Tributos a recuperar	11	22.468	17.312	609.799	391.492
Pré-pagamentos de manutenções		-	-	3.221	35.873
Demais contas a receber	12	113	208	1.931.126	155.073
Ativos disponíveis para venda	13	-	-	18.147	18.672
Total do ativo circulante		26.751	32.621	11.653.391	7.947.461
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Caixa restrito	8	-	-	36.215	31.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	54.919	1.018.115	1.080.758
Depósitos judiciais	15	155	246	845.106	734.473
Demais contas a receber	12	10	10	8.671	8.585
		165	55.175	1.908.107	1.855.654
Investimentos	16	2.389.399	534.070	-	-
Imobilizado	17	37	50	2.595.689	2.558.116
Intangível	18	-	-	552.456	460.214
Total do ativo não circulante		2.389.601	589.295	5.056.252	4.873.984
TOTAL DO ATIVO		2.416.352	621.916	16.709.643	12.821.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE					
Arrendamentos financeiros	19	-	-	210.218	167.841
Empréstimos a pagar – Mútuos	26	115	15.000	-	-
Fornecedores	20	327	316	6.464.157	3.972.169
Salários e encargos sociais		13	28	612.250	619.456
Receitas diferidas	21	-	-	2.974.612	3.524.780
Impostos a recolher		10.490	1.831	137.731	115.892
Provisão para manutenção		-	-	144.397	285.835
Outros passivos financeiros	22	-	-	24.523	-
Demais contas a pagar		-	-	56.686	153.338
Total do passivo circulante		10.945	17.175	10.624.574	8.839.311
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Arrendamentos financeiros	19	-	-	1.072.836	1.022.785
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	-	-	1.024.034	883.569
Empréstimos a pagar – Mútuos	26	2.978	2.978	229.523	238.006
Provisão para manutenção		-	-	1.137.054	1.152.272
Dividendos a pagar		858	858	858	858
Demais contas a pagar		-	-	134.812	33
Total do passivo não circulante		3.836	3.836	3.599.117	3.297.523
TOTAL DO PASSIVO		14.781	21.011	14.223.691	12.136.834
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24	1.980.899	5.730.908	1.980.899	5.730.908
Reservas de capital		128.016	130.454	128.016	130.454
Reserva de lucros		1.065	18.851	-	18.851
Prejuízos acumulados		(249.363)	(5.851.207)	(249.363)	(5.851.207)
Ajuste de avaliação patrimonial		540.954	571.899	542.019	571.899
Total do patrimônio líquido		2.401.571	600.905	2.401.571	600.905
Participação dos acionistas não controladores		-	-	84.381	83.706
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.416.352	621.916	16.709.643	12.821.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	27	-	-	17.751.517	15.861.123
Custo dos serviços prestados	28	-	-	(15.357.427)	(12.711.994)
Lucro operacional bruto		-	-	2.394.090	3.149.129
Despesas com vendas	28	-	-	(1.364.676)	(1.269.676)
Despesas gerais e administrativas	28	(280)	293	(663.146)	(776.733)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	-	(124.920)	23.446	(201.366)
Lucro (prejuízo) operacional		(280)	(124.627)	389.714	901.354
Receitas financeiras	30	776	477	207.117	365.432
Despesas financeiras	30	(13.840)	(2.798)	(170.054)	(377.130)
Variação cambial líquida	30	(23)	(2)	(230.555)	(51.780)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(126.892)	508.923	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(140.259)	381.973	196.222	837.876
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	14	(10.318)	(5.969)	(206.130)	(288.692)
Diferido	14	(54.919)	(2.867)	(81.889)	(36.868)
Lucro (prejuízo) do exercício		(205.496)	373.137	(91.797)	512.316
Atribuído aos					
Acionistas da TAM S.A.		(205.496)	373.137	(205.496)	373.137
Acionistas não controladores		-	-	113.699	139.179
		(205.496)	373.137	(91.797)	512.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) do exercício	(205.496)	373.137	(91.797)	512.316
Item a ser reclassificado para resultado do exercício em período subsequente:				
Ganho na conversão de investimentos	25.063	6.424	25.500	6.424
Hedge de fluxo de caixa	(56.274)	-	(56.274)	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(236.707)	379.561	(122.571)	518.740
Atribuído aos				
Acionistas controladores	(236.707)	379.561	(236.707)	379.561
Acionistas não controladores	-	-	114.136	139.179
	(236.707)	379.561	(122.571)	518.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS



Demonstração da mutação do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de capital			Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Ações em tesouraria	Agio na emissão de ações	Plano de remuneração baseado em ações						Reserva legal
Em 31 de dezembro de 2016	5.035.926	(7.603)	74.947	60.226	-	567.375	(6.207.393)	(476.522)	90.402	(386.120)
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	373.137	373.137	139.179	512.316
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	6.424	-	6.424	-	6.424
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	6.424	373.137	379.561	139.179	518.740
Transações com acionistas e constituição de reservas:										
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	18.851	(194)	(18.657)	-	-	-
Pagamento de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	-	-	(145.419)	(145.419)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(1.706)	1.706	-	-	-
Plano de remuneração de ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(456)	(456)
Integralização de Capital	694.982	-	-	-	-	-	-	694.982	-	694.982
Aquisição de ações próprias de subsidiárias	-	-	-	2.884	-	-	-	2.884	-	2.884
Em 31 de dezembro de 2017	5.730.908	(7.603)	74.947	63.110	18.851	571.899	(5.851.207)	600.905	83.706	684.611
Efeito de 1º adoção de normas contábeis	-	-	-	-	-	-	(45.423)	(45.423)	(16.774)	(62.197)
Em 1º de janeiro de 2018	5.730.908	(7.603)	74.947	63.110	18.851	571.899	(5.896.630)	555.482	66.932	622.414
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(205.496)	(205.496)	113.699	(91.797)
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	25.063	-	25.063	437	25.500
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(56.274)	-	(56.274)	-	(56.274)
Transações com acionistas e constituição de reservas:										
Pagamento de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.165)	(94.165)
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	2.829	-	2.829	149	2.978
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(1.498)	1.498	-	-	-
Plano de remuneração de ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.758)	(1.758)
Integralização de Capital	2.082.405	-	-	-	-	-	-	2.082.405	-	2.082.405
Aquisição de ações próprias de subsidiárias	-	-	-	(2.438)	-	-	-	(2.438)	(913)	(3.351)
Absorção de prejuízos acumulados	(5.832.414)	-	-	-	(18.851)	-	5.851.265	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	1.980.899	(7.603)	74.947	60.672	-	542.019	(249.363)	2.401.571	84.381	2.485.952



	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) do exercício		(205.496)	373.137	(91.797)	512.316
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	54.919	2.867	83.377	36.868
Depreciações e amortizações	17/18	13	13	388.977	380.739
Resultado na alienação do imobilizado e intangível	17/18	-	124.927	87.965	182.394
Juros, atualizações monetárias e variações cambiais sobre ativos e passivos		-	-	91.427	163.116
Ganho (perda) de equivalência patrimonial	16	126.892	(508.923)	-	-
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	9	-	-	44.093	22.453
Provisão (reversão) para perda de estoques	10	-	-	33.835	50.866
Provisão (reversão) para perda de disponíveis para venda	13	-	-	-	47.624
Provisão (reversão) para manutenção		-	-	(403.064)	265.245
Provisão (reversão) para contingência	23	-	-	295.561	145.421
Transferência de aeronaves para Grupo Latam		-	-	-	86.284
Extinção de obrigação de arrendamento financeiro		-	-	-	(96.528)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber	9	-	4.045	(1.472.789)	(290.459)
Estoques	10	-	-	(140.607)	(81.214)
Caixa restrito		-	-	(3.703)	-
Tributos a recuperar	11	(5.156)	3.758	(218.307)	(25.116)
Ativos disponíveis para venda	13	-	-	525	-
Depósitos judiciais	15	91	(74)	(83.416)	(73.008)
Pré-pagamento de manutenção		-	-	38.799	117.413
Fornecedores	20	11	(95.099)	2.104.555	(1.049.055)
Salários e encargos sociais		(15)	(318)	(5.830)	(18.746)
Impostos a recolher		8.861	(205)	75.322	1.266
Impostos pagos		(202)	(254)	(53.483)	(7.122)
Receitas diferidas		-	-	(655.540)	4.903
Pagamentos de contingências	23	-	-	(211.445)	(148.383)
Outros ativos e passivos líquidos		96	7.549	83.376	(8.091)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(19.986)	(88.577)	(12.169)	219.186
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em subsidiárias		(889.900)	(1.112.088)	-	-
Aplicações financeiras	7	1.464	52.770	326.227	187.978
Aquisições de imobilizado	17	-	-	(408.317)	(278.680)
Aquisições de ativos intangíveis	18	-	-	(200.424)	(86.122)
Recebimento de dividendos e JSCP		271.940	411.930	-	-
Juros recebidos		-	-	-	78.931
Caixa (utilizado) proveniente das atividades de investimento		(616.496)	(647.388)	(282.514)	(97.893)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Exercício do plano de remuneração baseado em ações		-	-	2.233	-
Recuperação de ações de subsidiária		-	-	(8.717)	-
Captação (pagamento) de empréstimos de mútuo a partes relacionadas		(14.885)	15.000	(40.262)	2.618.495
Aumento de capital		641.900	694.982	641.900	694.982
Caixa restrito		-	-	-	427.071
Recebimento/Pagamento de prêmio de <i>hedge</i>		-	-	(31.751)	(11.584)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos		-	-	-	(3.199.447)
Participação de Acionistas não controladores (incluindo Dividendos e juros sobre capital próprio pagos)		-	-	(94.165)	(145.875)
Juros pagos		-	-	(36.280)	(171.499)
Amortização de arrendamentos financeiros	19	-	-	(117.878)	(203.750)
Caixa (utilizado) proveniente das atividades de financiamento		627.015	709.982	315.080	8.393
Diminuição/Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(9.467)	(25.983)	20.397	129.686
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa				77.087	5.024
Variação total caixa e equivalentes de caixa		(9.467)	(25.983)	97.484	134.710
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	10.420	36.403	777.464	642.754
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	953	10.420	874.948	777.464
Variação total caixa e equivalentes de caixa		(9.467)	(25.983)	97.484	134.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras da TAM S.A. e controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA.....	17
3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	19
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	39
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	46
7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	47
8. CAIXA RESTRITO.....	47
9. CONTAS A RECEBER.....	47
10. ESTOQUES.....	48
11. TRIBUTOS A RECUPERAR	49
12. DEMAIS CONTAS A RECEBER.....	50
13. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA.....	50
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS.....	51
15. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	53
16. INVESTIMENTOS	54
17. IMOBILIZADO.....	58
18. INTANGÍVEL	59
19. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	59
20. FORNECEDORES	62
21. RECEITAS DIFERIDAS	62
22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS.....	63
23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	63
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	69
25. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES.....	70
26. PARTES RELACIONADAS.....	72
27. RECEITA OPERACIONAL.....	75
28. RESULTADO POR NATUREZA	76
29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS.....	76
30. RESULTADO FINANCEIRO	77
31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	77
32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	78



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia") foi constituída em 12 de maio de 1997, é uma subsidiária integral da LATAM Airlines Group S.A. ("Grupo" ou "LATAM"), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea, o qual oferece serviços de transporte de passageiros e cargas para cerca de 143 destinos, em 26 países, com uma frota de 312 aviões. A LATAM tem em torno de 41 mil funcionários. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias.

As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago do Chile e Nova York, nesta última, na forma de ADRs, sob o ticker LTM. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York ("NYSE").

As controladas TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") e ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A. ("ABSA"), em conformidade com a concessão da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), operam principalmente linhas regulares de transporte aéreo de passageiros, cargas e malas postais, no território brasileiro e em âmbito internacional, por meio de aeronaves próprias ou arrendadas ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas.

A TLA e a ABSA, bem como as demais subsidiárias da Companhia, têm por objeto social ainda:

- explorar atividades complementares de serviços de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e malas postais;
- prestar serviços de manutenção, reparação de aeronaves próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- hangaragem de aviões;
- atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- prestar serviços de engenharia, assistência técnica e demais atividades relacionadas à indústria aeronáutica;
- realizar instrução e treinamento, relacionados às atividades aeronáuticas;
- compra e venda de peças, acessórios e equipamentos aeronáuticos;



- comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização;
- atividades relacionadas à captação de recursos para financiamento de aeronaves;
- desenvolvimento exclusivo de atividades de agenciamento de turismo;
- desenvolvimento e execução de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo; e
- importação e exportação de óleo lubrificante acabado.

A TAM é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rua Verbo Divino, 2001, 4º andar, São Paulo, SP.

Em 17 de novembro de 2017, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral TLA, firmou um contrato de Built to Suit com a RB Commercial Properties 49 Empreendimentos Imobiliários LTDA para construção de um hangar de manutenção no aeroporto de Guarulhos, que é o principal aeroporto do país.

O contrato previa que após a conclusão das obras o hangar seria locado para a Companhia. Considerando que a construção do hangar seria feita em um terreno subconcedido à Companhia pela administradora do aeroporto, Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport"), se fez necessária a apresentação de uma garantia para operação. Dessa forma, a TAM S.A., controladora da Companhia, ofereceu como garantia a alienação fiduciária de ações da Multiplus S.A., totalizando R\$145.000.

Em 4 de setembro de 2018, a Companhia comunicou a Diretoria Executiva da Multiplus que não renovará o contrato operacional firmado entre as partes. Será realizada uma Oferta Pública Unificada de Aquisição de ações ordinárias ("OPA") para fins de cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado, vide eventos subsequentes na Nota 31. Após a concretização do processo da OPA e o consequente fechamento do capital da Multiplus, a Companhia fará combinação de negócios da Multiplus S.A e da TAM Linhas Aéreas S.A..



1.1 Estrutura de capital da Companhia e capital circulante líquido

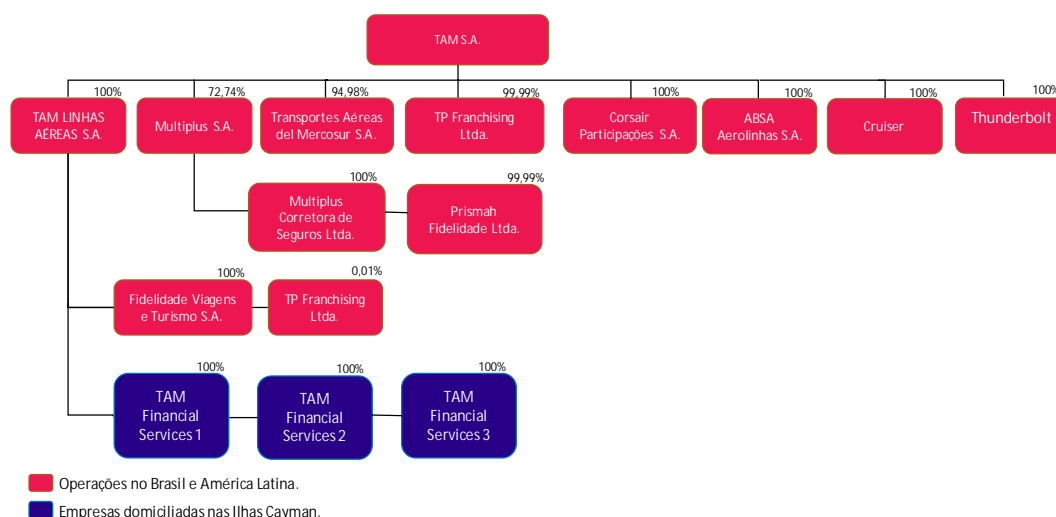
Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido no montante de R\$2.401.571 (R\$600.905 em 31 de dezembro de 2017) e capital circulante líquido consolidado positivo no montante de R\$1.028.817 (R\$891.850 negativo em 31 de dezembro de 2017) e prejuízo de R\$91.797 (R\$512.316 de lucro em 31 de dezembro de 2017).

A variação positiva no capital circulante líquido da Companhia é decorrência dos aumentos de capital recebidos de sua controladora, totalizando o montante de R\$2.082.406 conforme detalhado na Nota 24. A Administração continua monitorando os indicadores de liquidez e operacionais, bem como, envidando esforços para continuidade e aderência ao plano de redução de custos iniciado em 2015. Adicionalmente, a Companhia conta, se necessário, com o apoio financeiro de sua controladora LATAM.

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram encerradas as Sociedades TAM Capital Inc., TAM Capital 2 Inc. e TAM Capital 3 Inc., cujas atividades estavam relacionadas a captação de recursos no exterior.

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:



3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- (ii) aplicações financeiras compostas nos fundos exclusivos de investimentos classificados como disponíveis para venda, mensuradas pelo valor justo; e



(iii) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos e interpretações emitidos pelos IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras de cada subsidiária integral incluída na consolidação, são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que elas operam. Todas as subsidiárias da Companhia, com exceção das controladas Transportes Aéreos Del Mercosur S.A. e ABSA, adotam o Real como moeda funcional, assim sendo, os critérios de conversão adotados são os seguintes:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês;
- As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e
- Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício.

A seguir são demonstradas as moedas funcionais de cada investida:



Estrutura Societária	Localidade	Moeda funcional
TAM Linhas Aéreas S.A.	Brasil	Real
Fidelidade Viagens e Turismo S.A.	Brasil	Real
Cruiser Fundos de Investimetnos	Brasil	Real
Santander Thunderbolt	Brasil	Real
TP Franchising Ltda	Brasil	Real
Transportes Aéreos Del Mercosur S.A.	Paraguai	Guarani
Multiplus S.A.	Brasil	Real
Multiplus Corretora de Seguros Ltda	Brasil	Real
Prismah Fidelidade Ltda	Brasil	Real
Corsair Participações S.A.	Brasil	Real
ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A	Brasil	Dólar

4.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a TAM e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

4.3 Investimentos

Os investimentos da TAM em suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

4.5 Caixa restrito

O caixa restrito representa depósitos em garantia e financiamentos de curto e longo prazo com a finalidade de garantir assuntos relacionados a demandas judiciais e/ou financiamentos.



4.6 Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros, devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuídos a sua aquisição.

4.7 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

4.7.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



4.7.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

4.7.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para



negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.7.4 Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e dos preços internacionais do petróleo. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedge de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na hipótese de:

- (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada;
- (ii) o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge;
- e



- (iii) o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

4.8 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e exige garantias que variam entre 30% à 50% do respectivo limite. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. Perdas de crédito esperadas: A Companhia modificou o cálculo da provisão de impairment para atender o modelo de perda de crédito esperado, estabelecido na IFRS 9 Financial Instruments, que substituiu o modelo de perda de impairment atual. O valor passou a ser mensurado através da aplicação de uma matriz de risco, agrupando a carteira de acordo com características semelhantes de risco e maturidade. A Companhia considerou também o reflexo de monitoramento econômico da carteira que reflete sensibilizações sobre os saldos de devedores que na data do balanço tenham apresentando indícios de dificuldade financeira que podem resultar em perda de crédito futura, conforme Nota 4.27.

4.9 Estoques

Os estoques compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem utilizados nas atividades de manutenção, são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido das provisões para reduzir quaisquer perdas identificadas por obsolescência e/ou deterioração.

4.10 Pré-pagamento para manutenção de aeronaves e motores

Os pré-pagamentos para manutenção de motores e aeronaves compreendem depósitos realizados em contas específicas conforme estipulado nos respectivos contratos de arrendamento e tem como objetivo o financiamento de futuras manutenções requeridas pelo desgaste e uso destes ativos. Em 31 de dezembro



de 2018 e 2017 os pré-pagamentos para manutenção estão registrados pelo seu valor de recuperabilidade.

4.11 Impostos e contribuições sobre o lucro

No Brasil, o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas próprias. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação da MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, respeitada a aplicação dos tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal que estejam em vigor na data do balanço.



4.12 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os componentes de rotáveis, é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, exceto no caso de componentes técnicos que se depreciam sob a base de ciclos e horas de voo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Se o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.15).

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

Conforme previsto no CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, a Companhia ativa os custos necessários para manter suas aeronaves e motores em condições para continuar a operar, incorridos pela realização regular de inspeções e/ou manutenções importantes buscando evitar falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado. Isso ocorre independentemente do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido.

4.13 Ativos intangíveis

As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas como despesas quando incorridas. Os gastos incorridos com desenvolvimento de softwares são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos, são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos com marcas são amortizados com base na expectativa de geração de benefício econômico futuro que esses ativos proporcionarão à Companhia.



Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são avaliados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Se o valor contábil de um ativo intangível é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.15).

4.14 Ativos e passivos de operações descontinuadas e mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os mesmos estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

4.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa ("UGCs").

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



4.16 Contas a pagar e fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.17 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.18 Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo, considerando a vida útil econômica do bem ou prazo do contrato. Os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Quaisquer ganhos decorrentes de transações de sale and leaseback resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos



decorrentes de transações de sale and leaseback resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de sale and leaseback resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do leaseback não seja objeto de impairment e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. Os pagamentos dos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato de arrendamento.

4.19 Provisão para a manutenção

Conforme descrito na Nota 4.10, os custos incorridos nas manutenções periódicas programadas de fuselagens e motores das aeronaves são capitalizados e depreciados até a próxima manutenção. A taxa de depreciação é determinada sobre bases técnicas, de acordo à utilização da aeronave definida pelos ciclos e horas de voo.

No caso das aeronaves próprias ou sob a forma de arrendamento financeiro, estes custos de manutenção são capitalizados como imobilizado, enquanto que no caso de aeronaves sob a forma de arrendamento operacional, se reconhece um passivo incorrido em função da utilização dos principais componentes, existindo a obrigação contratual com o arrendador de devolver a aeronave em condições acordadas de níveis de manutenção. Este custo é reconhecido no custo das vendas.

As manutenções não programadas de aeronaves e motores, assim como as demais manutenções, são reconhecidas no resultado do exercício em que são incorridas.

4.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.



4.21 Receita de vendas

As receitas de transporte aéreo de passageiros e cargas são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. Os bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados, vendas antecipadas de bilhetes, são tratadas como transporte a executar no grupo de receitas diferidas. Para bilhetes que expiram sem ser utilizados (breakage), a Companhia efetua uma estimativa com base em dados históricos e reconhece a receita dos mesmos, à medida da realização dos bilhetes voados.

A subsidiária TLA também auferir receitas decorrentes de serviços auxiliares representados por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, despacho e excesso de bagagem, cancelamentos entre outras, sendo as mesmas reconhecidas no momento em que o serviço de transporte é prestado.

A subsidiária TLA é patrocinadora do programa de premiação para passageiros frequentes, cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM. Estes pontos são emitidos pela Multiplus, e vendidos para a TLA. O valor do ponto baseado em contrato é registrado como custo no momento da concessão, que ocorre na utilização do bilhete.

4.21.1 Reconhecimento da receita de bilhetes-prêmio emitidos

A Companhia através de sua subsidiária Multiplus, oferece aos participantes do programa de fidelidade Multiplus pontos que dão a possibilidade de trocá-los por diversos prêmios, inclusive por bilhetes aéreos. Uma parcela significativa de pontos resgatados pelos participantes do programa de fidelidade Multiplus é trocada por bilhetes aéreos, que são comprados da TLA pela Multiplus.

A obrigação da TLA em prestar serviços aos portadores de bilhetes-prêmio (comprados pela Multiplus da TLA e concedidos aos participantes do programa de fidelidade Multiplus) cessa apenas quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos.

A luz do IFRS15, para fins de registro contábil dos "Programas de Fidelidade" considera-se que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em relação à transação é alocada entre os créditos de prêmio (pontos) e os outros componentes da venda e as receitas atribuídas aos créditos de prêmio será reconhecida apenas quando os créditos de prêmio forem resgatados e a Companhia cumprir suas obrigações de fornecer os prêmios. Considerando que, em bases consolidadas, o prêmio representado por bilhetes aéreos consiste na prestação de serviços de transporte aéreo, a receita alocada aos bilhetes-prêmio deve ser reconhecida apenas quando a TLA fornecer o transporte. A



receita de créditos de prêmio para os quais um bilhete-prêmio tenha sido emitido, mas ainda não utilizado, não deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

4.21.2 Reconhecimento da receita de breakage de pontos

A subsidiária Multiplus, utiliza para apuração da provisão de breakage de pontos uma metodologia onde considera-se o comportamento individual de cada safra de acúmulo de pontos por segmento, realizando um cálculo da estimativa dos pontos que provavelmente serão expirados por meio de equações de regressão linear que levam em conta o comportamento de resgate e vencimento das safras de acúmulo de pontos já realizadas que tem o comportamento similar às safras vigentes.

Adicionalmente, a metodologia considera os resgates realizados ao longo dos meses de existência de cada safra a fim de refinar a projeção da taxa de breakage futura e aproximar, cada vez mais, do que de fato deve se confirmar como número de pontos expirados.

Para que a metodologia, além de mais assertiva, seja também mais precisa, considerou-se um intervalo de confiança para as regressões, contabilizando-se a estimativa no passivo de breakage e levou-se ao resultado considerando esse intervalo de confiança. Desta forma, permanece no passivo de breakage esta diferença que é ajustada conforme aproximação da safra ao último mês, convergindo ao longo dos meses para o breakage efetivo.

4.22 Benefícios a empregados

4.22.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, decorrente da obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.22.2 Participação de funcionários e administradores nos resultados

Os funcionários da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de administração da controladora. O montante da



participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.

A subsidiária TLA concedeu um bônus de longo prazo à alguns dos executivos das subsidiárias brasileiras, o qual tem a sua variação atrelada a cotação das ações da LATAM Airlines, as despesas são registradas quando incorridas em contrapartida a uma obrigação com pessoal e são liquidadas exclusivamente com caixa próprio.

4.22.3 Plano de benefícios pós emprego

A Companhia oferece o benefício de plano médico aos funcionários aposentados em que a concessão do plano de saúde com contribuição fixa é de acordo com a Lei nº 9.656/98. Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior a esperada, e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

A administração avalia anualmente a exposição aos riscos supracitados e verificou que para os exercícios de 2018 e 2017 não houve passivos atuariais a serem registrados decorrentes de obrigações de planos de benefício pós emprego.

4.22.4 Remuneração baseada em ações

A subsidiária Multiplus oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações de sua emissão. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 25.

As condições de mercado e as condições de não aquisição de direito são consideradas na estimativa de valor justo de cada opção na data de outorga.

Esse custo das opções concedidas é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período no qual o direito às opções é adquirido de forma



incondicional (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas).

Na data do balanço, a Multiplus revisa suas estimativas do número de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

Estas ações serão compradas pela Multiplus do mercado e entregue aos executivos no momento da liquidação, desta forma a Multiplus vem reconhecendo a despesa equivalente ao plano em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido, que será utilizada para a futura compra destas ações.

4.23 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e/ou despesas de juros;
- ganhos e/ou perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos e/ou perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- ganhos e/ou perdas líquidas nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, se houver, como fluxos de caixa das atividades de investimento.

4.24 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos efetuada pela Administração da Companhia ou suas subsidiárias, quando houver, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes



do encerramento do exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras e ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

4.25 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais, moeda funcional da Companhia, utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa final		
Dólar americano (US\$)	3,8748	3,3080
Euro (€)	4,4390	3,9693
Taxa média do exercício		
Dólar americano (US\$)	3,6558	3,1925
Euro (€)	4,3094	3,6089

4.26 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Conforme divulgado na Nota 3, destas demonstrações financeiras a Administração faz uso de estimativas, adota premissas e exerce julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras, a saber:

- valor justo de instrumentos financeiros (Nota 5.7 e 4.27.1.4);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis como vida útil definida, bem como a análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 17 e 18);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 9.1);
- provisão para ajuste a valor realizável dos estoques (Nota 10.1);
- provisão para perda com ativos disponíveis para venda (Nota 13);
- análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 14.4);



- reconhecimento de receita de passagens emitidas e não utilizadas, bem como pontos vendidos e não trocados ("breakage") (Nota 4.21);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 23); e
- provisão para manutenção.

4.27 Adoção de novas normas contábeis no exercício corrente

Como consequência das adoções iniciais do IFRS 15 - Revenue from contracts with customers, equivalente ao CPC 47 - Receita de contratos com clientes e do IFRS 9 - Financial Instruments, equivalente ao CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Administração da Companhia promoveu mudanças em algumas de suas práticas contábeis e estimativas, que afetaram as demonstrações financeiras ora apresentadas, conforme detalhado a seguir:

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Controladora</u> <u>01/01/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>01/01/2018</u>
Ativo			
Contas a receber	4.27.1.4	-	(22.810)
Demais contas a receber	4.27.1.2	-	45.252
Impostos diferidos		-	20.734
Investimentos		(45.423)	-
		(45.423)	43.176
Passivo			
Receita diferida	4.27.1.1	-	105.372
Patrimônio líquido			
Lucros acumulados		(45.423)	(62.197)

4.27.1 Efeito da adoção do CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contrato com clientes

A Companhia adotou o CPC 47 (IFRS 15) utilizando o método retrospectivo com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, assumindo as premissas do expediente prático com a não reapresentação dos contratos com duração menor de 12 meses, assim como não apresentação/recálculo retrospectivo dos contratos com vigência superior a um ano, somente aplicando as alterações nos valores do ano vigente.

4.27.1.1 Receitas auxiliares e de contrato com clientes

As receitas auxiliares compreendem principalmente: taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, despacho e excesso de bagagem, cancelamentos, entre outras que são devidamente reconhecidas no momento da prestação de serviços.



Em relação a receita decorrente da taxa de remarcação a Administração concluiu que as mesmas deveriam ter seu momento de reconhecimento no resultado alterado da data da remarcação para a data do voo.

Dessa forma, a adoção da norma foi contabilizada por meio de estimativa elaborada pela Administração que contempla o histórico de pedidos de remarcação de voos e a média de utilização de bilhetes remarcados. O valor total do ajuste estimado foi contabilizado como um aumento dos prejuízos acumulados no valor de R\$11.900, sendo R\$7.898 líquido dos efeitos de impostos diferidos.

Em relação à receita de contratos com clientes requer o reconhecimento do montante da receita que reflita a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. O valor total do ajuste estimado foi contabilizado como um aumento dos prejuízos acumulados no valor de R\$93.472, sendo R\$61.692 líquido dos efeitos de impostos diferidos.

4.27.1.2 Despesas relacionadas ao transporte de passageiros

A Administração identificou a necessidade de alterar o momento de reconhecimento das despesas com sistema de reservas e de comissões de cartões de crédito, dessa forma, essas despesas passaram a ser reconhecidas no momento da prestação do serviço principal, ou seja, no momento do voo. O impacto dessa mudança foi contabilizado como uma redução dos prejuízos acumulados, no montante de R\$45.252, sendo R\$30.203 líquido dos efeitos de impostos diferidos.

4.27.1.3 Efeitos na apresentação das demonstrações financeiras

Para fins de apresentação, as receitas auxiliares, quando relacionadas ao transporte de passageiros, passaram a ser divulgadas como receitas de passageiros. Com o objetivo de permitir uma melhor comparação entre os saldos dos períodos apresentados, segue abaixo um quadro comparativo como se a norma tivesse sido adotada no ano de 2017:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Transporte de passageiros	14.628.647	13.033.723
Receitas auxiliares	1.320.839	996.537
Receita total de transporte de passageiros - CPC 47	15.949.486	14.030.260



4.27.1.4 Efeito da adoção do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

Em decorrência da adoção do CPC 48, a Administração promoveu mudanças na forma como estima a provisão para devedores duvidosos, calculando a Perda de Crédito Esperada (PCE) para a vida inteira do ativo e sendo reconhecida no momento inicial do registro das contas a receber (Nota 4.8). O efeito da adoção dessa norma foi de R\$22.810 (Nota 4.27) no consolidado, registrado como aumentos dos prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

4.27.2 Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

A Administração da Companhia acredita que a adoção das normas, emendas e interpretações descritas a seguir não trarão impactos significativos nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia no exercício de sua primeira aplicação, exceto pelo IFRS16.

4.27.2.1 IFRS 16 - "Arrendamentos"

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento contábil "IFRS 16 - Leases" adotados no Brasil, sob o CPC 06 (R2). A nova norma estará vigente para períodos anuais iniciados a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme a IAS 17. A norma inclui duas isenções eletivas de reconhecimento para os arrendatários - Arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (aqueles arrendamentos que não apresentem uma opção de compra e que tenham prazos de vigência igual ou inferior a 12 meses).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo representando a obrigação total à pagar (passivo de arrendamento) e um ativo correspondente representando o direito de usar o bem objeto do contrato, durante o prazo do arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão remensurar o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos.



O arrendatário deve geralmente reconhecer o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Durante o ano de 2018, a Companhia iniciou a análise dos efeitos da primeira adoção do IFRS 16, aplicando esta nova norma aos contratos identificados como arrendamentos, exceto aos já previamente identificados como arrendamentos operacionais pela normativa anterior.

Dentre as formas de adoção previstas no IFRS 16 a Companhia aplicará esta nova norma retroativamente, reapresentando as demonstrações financeiras comparativas, de acordo com as disposições da IAS 8 - Políticas Contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros.

A Companhia continuará a reconhecer as despesas associadas aos contratos de arrendamento de curto prazo, bem como com os ativos subjacentes de baixo valor, de forma linear como uma despesa nos lucros ou prejuízos, conforme indicado pela exceção estabelecida na IFRS 16.

Ao estabelecer os termos do arrendamento, a Companhia avaliou os fatos ou circunstâncias relevantes que podem determinar o possível exercício das opções para prorrogar ou rescindir os contratos de arrendamento. Essas opções serão avaliadas em cada data de fechamento.

Para a valoração do ativo por direito de uso e do passivo por arrendamentos, a Companhia determinou o valor presente dos mínimos de pagamentos fixos para arrendamentos não canceláveis, usando a taxa de juros incremental, considerando para o seu cálculo informações históricas sobre o financiamento da Companhia, variáveis de mercado, tipos de ativos, moeda, entre outros fatores.

Cabe notar como divulgado na Nota 19, que durante o exercício de 2018, diversos contratos de subarrendamento operacional foram alterados em sua forma de pagamento como completamente variáveis, e assim portanto não enquadrando-se na normativa do IFRS 16, para registros dos direitos e deveres relacionados ao arrendamento no balanço patrimonial.

A Companhia avaliou os impactos estimados decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, o que resultará na contabilização de 22 contratos de arrendamento de equipamentos de voo, 26 contratos de bens e imóveis e 3 contratos de concessões aeroportuárias em seu balanço como direito de uso e respectivos passivos, conforme demonstrado na tabela abaixo:



	Controladora e Consolidado		
	Ativo (a)	Passivo (b)	Patrimônio Líquido (a-b)
Equipamentos de voo	254.519	737.954	(483.435)
Concessões aeroportuárias	42.395	50.912	(8.517)
Outros bens imóveis	157.410	165.823	(8.413)
	454.324	954.689	(500.365)

Para os contratos de aeronaves, a Companhia está avaliando os impactos da estimativa dos custos de devolução, que devem fazer parte da mensuração do direito de uso.

Devido à adoção do IFRS 16, a margem operacional será impactada pela eliminação das despesas de arrendamento e pelo aumento nas despesas com depreciação. Adicionalmente, o resultado financeiro será impactado pelo aumento das despesas com juros.

4.27.2.2 IFRIC 23 - "Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro"

Em junho de 2017, o IASB emitiu o "IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments", que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 "Tributos sobre o lucro" quando houver incerteza quanto a aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia ainda não concluiu os estudos.

Não existem outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam a Companhia.



5.1 Administração do risco de liquidez

A Administração vem tomando uma série de medidas de forma a compensar os impactos advindos da exposição cambial que alavancam o seu risco de liquidez.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017, exceto operações de mútuo com a controladora LATAM e suas subsidiárias:

	Controladora 31/12/2018					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	327	-	-	-	327	327
	Controladora 31/12/2017					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	316	-	-	-	316	316
	Consolidado 31/12/2018					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Arrendamentos financeiros	241.624	696.188	341.135	43.855	1.322.802	1.283.054
Arrendamentos operacionais	207.565	180.324	197.426	40.839	626.154	-
Fornecedores	6.464.157	-	-	-	6.464.157	6.464.157
	Consolidado 31/12/2017					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Arrendamentos financeiros	199.292	193.470	835.781	-	1.228.543	1.190.626
Arrendamentos operacionais	1.063.527	704.294	1.080.769	1.017.595	3.866.185	-
Fornecedores	3.972.169	-	-	-	3.972.169	3.972.169

5.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado com as contas a receber de clientes e aplicações financeiras, conforme abaixo:

- O risco de crédito relacionado com as contas a receber de clientes é gerenciado ativamente pela Administração. Ainda se destaca a pulverização da carteira de clientes, incluindo agências de viagens, e



concessão de crédito a clientes com bons índices financeiros e operacionais; e

- O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme concentração do portfólio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista, aplicações financeiras e contas a receber com instituições financeiras consideradas como de primeira linha, entre elas: Bradesco, Citibank, Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Safra. Adicionalmente, a companhia adota postura conservadora na aplicação de seus recursos, mantendo os fundos de investimento com carteira concentrada em títulos de renda fixa e ratings elevados.

5.3 Administração de risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") em 31 de dezembro de 2018, os quais indicavam as seguintes taxas anuais como cenário provável:

Índice	Taxa estimada com cenário provável	
	2018	2017
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	6,40% a.a	6,89% a.a
SELIC	6,50% a.a	6,90% a.a
LIBOR - <i>London Interbank Offered Rate</i>	2,88% a.a	1,84% a.a

Controladora 31/12/2018						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	171	CDI	6,40%	182	196	199
Aplicações financeiras	3.212	CDI	6,40%	3.418	3.691	3.746
Depósitos judiciais	155	SELIC	6,50%	165	178	181
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				225	527	587

Controladora 31/12/2017						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	9.074	CDI	6,89%	9.655	10.427	11.261
Aplicações financeiras	4.676	CDI	6,89%	4.975	5.373	5.803
Depósitos judiciais	246	SELIC	6,90%	262	283	305
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				895	2.086	3.373



							Consolidado
							31/12/2018
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%	
Caixa e equivalentes de caixa	284.430	CDI	6,40%	302.634	326.844	331.686	
Aplicações financeiras	1.234.999	CDI	6,40%	1.314.039	1.419.162	1.440.187	
Depósitos judiciais	845.106	SELIC	6,50%	900.038	972.041	986.442	
Arrendamento financeiro	(1.283.054)	LIBOR	2,88%	(1.366.453)	(1.475.769)	(1.497.632)	
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				68.777	160.797	179.202	

							Consolidado
							31/12/2017
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%	
Caixa e equivalentes de caixa	291.893	CDI	6,89%	310.574	335.420	340.389	
Aplicações financeiras	1.561.226	CDI	6,89%	1.661.144	1.794.036	1.820.614	
Depósitos judiciais	734.473	SELIC	6,90%	781.479	843.998	856.501	
Arrendamento financeiro	(1.190.626)	LIBOR	1,84%	(1.266.826)	(1.368.172)	(1.388.441)	
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				89.406	208.316	232.098	

5.4 Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

			Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017
Ativos denominados em moedas estrangeiras				
Caixa e equivalente de caixa			471.763	449.899
Contas a receber - partes relacionadas			4.455.498	2.472.411
Contas a receber			179.148	153.001
Pré-pagamentos de manutenções			3.221	35.873
Demais contas a receber			1.738.026	-
Caixa restrito			46.298	-
Passivos denominados em moedas estrangeiras				
Arrendamentos financeiros			(1.283.054)	(1.190.626)
Fornecedores			(1.313.447)	(313.895)
Fornecedores partes relacionadas			(3.912.642)	(1.947.272)
Outros passivos financeiros			(24.523)	-
Provisão para manutenção			(1.281.451)	(1.438.107)
Mútuos a pagar			(229.523)	(238.006)
Exposição cambial, líquida			(1.150.686)	(2.016.722)
Exposição cambial, líquida em US\$			(296.967)	609.650

Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade às variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:



Paridade - R\$ x US\$ Operação/Instrumento	Consolidado 31/12/2018				
	3,8748	2,9061	1,9374	4,8435	5,8122
	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%	Cenário I Depreciação 25%	Cenário II Depreciação 50%
Ativos denominados em US\$					
Caixa e equivalente de caixa	471.763	353.822	235.882	589.704	707.645
Contas a receber - partes relacionadas	4.455.498	3.341.624	2.227.749	5.569.373	6.683.247
Contas a receber	179.148	134.361	89.574	223.935	268.722
Pré-pagamentos de manutenções	3.221	2.416	1.611	4.026	4.832
Demais contas a receber	1.738.026	1.303.520	869.013	2.172.533	2.607.039
Caixa restrito	46.298	34.724	23.149	57.873	69.447
Passivos denominados em US\$					
Arrendamentos financeiros	(1.283.054)	(962.291)	(641.527)	(1.603.818)	(1.924.581)
Fornecedores	(1.313.447)	(985.085)	(656.724)	(1.641.809)	(1.970.171)
Fornecedores partes relacionadas	(3.912.642)	(2.934.482)	(1.956.321)	(4.890.803)	(5.868.963)
Outros passivos financeiros	(24.523)	(18.392)	(12.262)	(30.654)	(36.785)
Provisão para manutenção	(1.281.451)	(961.088)	(640.726)	(1.601.814)	(1.922.177)
Mútuos a pagar	(229.523)	(172.142)	(114.762)	(286.904)	(344.285)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		287.672	575.343	(287.673)	(575.343)

Paridade - R\$ x US\$ Operação/Instrumento	Consolidado 31/12/2017				
	3,308	2,4810	1,6540	4,1350	4,9620
	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%	Cenário I Depreciação 25%	Cenário II Depreciação 50%
Ativos denominados em US\$					
Caixa e equivalente de caixa	449.899	337.424	224.950	562.374	674.849
Contas a receber - partes relacionadas	2.472.411	1.854.308	1.236.206	3.090.514	3.708.617
Contas a receber	153.001	114.751	76.501	191.251	229.502
Pré-pagamentos de manutenções	35.873	26.905	17.937	44.841	53.810
Caixa restrito	37.176	27.882	18.588	46.470	55.764
Passivos denominados em US\$					
Arrendamentos financeiros	(1.190.626)	(892.970)	(595.313)	(1.488.283)	(1.785.939)
Fornecedores	(313.895)	(235.421)	(156.948)	(392.369)	(470.843)
Fornecedores partes relacionadas	(1.947.272)	(1.460.454)	(973.636)	(2.434.090)	(2.920.908)
Provisão para manutenção	(1.438.107)	(1.078.580)	(719.054)	(1.797.634)	(2.157.161)
Mútuos a pagar	(238.006)	(178.505)	(119.003)	(297.508)	(357.009)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		494.887	989.773	(494.888)	(989.774)

5.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível

Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o preço do combustível de aviação, que por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela U.S. Energy Administration and Information de US\$65.06 (sessenta e cinco dólares e seis centavos) em 31 de dezembro de 2018 (US\$50.79 cinquenta dólares e setenta e nove centavos em 31 de dezembro de 2017)



projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:

Controladora e Consolidado	
31/12/2018	
Cenário	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Incremento de 25%	1.462.024
Incremento de 50%	2.924.049
Redução de 25%	(1.462.024)
Redução de 50%	(2.924.049)

Controladora e Consolidado	
31/12/2017	
Cenário	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Incremento de 25%	991.772
Incremento de 50%	1.983.543
Redução de 25%	(991.772)
Redução de 50%	(1.983.543)

5.6 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber	5	5	6.498.427	4.636.454
Pré-pagamentos de manutenções	-	-	3.221	35.873
Depósitos judiciais	155	246	845.106	734.473
Demais contas a receber	123	218	1.939.797	163.658
Arrendamentos financeiros	-	-	(1.283.054)	(1.190.626)
Fornecedores	(327)	(316)	(6.464.157)	(3.972.169)
Empréstimos a pagar - Mútuos	(3.093)	(17.978)	(229.523)	(238.006)
Demais contas a pagar	-	-	(191.498)	(153.371)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	730	9.074	394.035	396.494
Aplicações financeiras	3.212	4.676	1.234.999	1.561.226
Caixa restrito	-	-	46.298	37.176
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Swap de taxa de juros	-	-	24.523	-

5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:



- Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável à Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	730	-	730	9.074	-	9.074
Aplicações financeiras	3.212	-	3.212	4.676	-	4.676
	<u>3.942</u>	<u>-</u>	<u>3.942</u>	<u>13.750</u>	<u>-</u>	<u>13.750</u>
Passivos						
Mútuos	3.093	-	3.093	17.978	-	17.978
	<u>3.093</u>	<u>-</u>	<u>3.093</u>	<u>17.978</u>	<u>-</u>	<u>17.978</u>
	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	394.035	-	394.035	396.494	-	396.494
Aplicações financeiras	1.234.999	-	1.234.999	1.561.226	-	1.561.226
Caixa restrito	46.298	-	46.298	37.176	-	37.176
	<u>1.675.332</u>	<u>-</u>	<u>1.675.332</u>	<u>1.994.896</u>	<u>-</u>	<u>1.994.896</u>
Passivos						
Contrato de swap de combustível	-	24.523	24.523	-	-	-
Mútuos	229.523	-	229.523	238.006	-	238.006
	<u>229.523</u>	<u>24.523</u>	<u>254.046</u>	<u>238.006</u>	<u>-</u>	<u>238.006</u>

5.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Não estão incluídos na tabela abaixo ativos e passivos financeiros cujo valor contábil basicamente reflita uma aproximação razoável do valor justo.



	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Arrendamentos financeiros	1.283.054	1.190.626	1.322.802	1.228.543

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos				
Dólar norte-americano	-	-	163.278	229.465
Reais	223	1.346	118.755	35.672
Euro	-	-	22.042	16.428
Outras Moedas	-	-	176.838	99.405
	223	1.346	480.913	380.970
Equivalentes de caixa				
Em Reais				
Fundos de Investimento	171	9.074	11.996	219.259
Certificado de depósito bancário	-	-	22.633	49.620
<i>Overnight</i>	559	-	249.801	23.014
	730	9.074	284.430	291.893
Em Dólar norte-americano				
Depósito a prazo	-	-	116	99
<i>Overnight</i>	-	-	109.489	104.502
	-	-	109.605	104.601
	953	10.420	874.948	777.464

O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, observado em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, reflete, principalmente, recebimentos de cartão de crédito e IATA, parcialmente compensadas pela desvalorização do Real frente outras moedas emergentes em 10%.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e segundo a análise da Companhia, podem ser convertidas para um valor conhecido de caixa a um risco baixo de mudança de valor. A variação observada na linha Overnight (em Reais) é decorrente de recebimentos em 31 de dezembro de 2018 e não transferidos para os fundos de investimentos.

As aplicações são remuneradas à taxa média ponderada de 108,05% e 96,01% da taxa do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.



7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de Investimento Aberto	-	-	131.030	195.521
Fundo de Investimento Exclusivo	3.212	4.676	901.365	1.242.021
Fundos Cambial/Estruturados	-	-	202.604	123.684
	3.212	4.676	1.234.999	1.561.226

Em 31 de Dezembro de 2018, as aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos abertos, restritos e exclusivos, remunerados à taxa média ponderada de 108,22% e 102,83% da taxa do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Não há carências para efetuar o resgate das cotas.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Garantia aeroportuárias	46.298	37.176
Circulante	10.083	5.338
Não Circulante	36.215	31.838

A companhia mantém garantias para operação em aeroportos internacionais, sendo que aproximadamente 60% refere-se a operações junto ao aeroporto de Miami.

9. CONTAS A RECEBER

	31/12/2018				31/12/2017			
	Nacionais	Internacionais	Total	%	Nacionais	Internacionais	Total	%
Cartões de crédito	1.316.836	138.263	1.455.099	21,7	1.440.237	91.900	1.532.137	31,9
Cartão de débito/recebimento à vista	35.489	-	35.489	0,5	5.762	347	6.109	0,1
Crédito direto	554.634	24.807	579.441	8,6	492.674	4.581	497.255	10,4
Documentos por cobrar	120.772	5.303	126.075	1,9	105.127	2.456	107.583	2,2
IATA	38.449	10.775	49.224	0,7	129.019	53.717	182.736	3,8
	2.066.180	179.148	2.245.328	33,5	2.172.819	153.001	2.325.820	48,5
Partes relacionadas	2.649	4.455.498	4.458.147	66,5	965	2.472.411	2.473.376	51,5
	2.068.829	4.634.646	6.703.475	100	2.173.784	2.625.412	4.799.196	100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(194.292)	(10.756)	(205.048)		(160.204)	(2.538)	(162.742)	
	1.874.537	4.623.890	6.498.427		2.013.580	2.622.874	4.636.454	

A variação nas contas a receber reflete, principalmente por:

- aumento de partes relacionadas é decorrente principalmente por redelivery, venda de espaço em aeronave, aluguel e cobranças interlíneas, conforme abertura na Nota 26.2; e
- redução de recebíveis IATA e a antecipação de recebíveis de cartão de crédito no exercício findo em 31 e dezembro de 2018.



9.1 Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(162.742)	(170.620)
Adoção CPC 48 - Instrumentos financeiros	(22.810)	-
Constituição de provisão	(79.748)	(60.161)
Perda efetiva	24.598	10.932
Recuperação de créditos provisionados	35.654	57.107
Saldo ao final do exercício	(205.048)	(162.742)

A Administração avaliou que a o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em “despesas com vendas” na demonstração do resultado.

9.2 Composição do saldo por vencimento

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	1.932.839	2.107.754
Vencidos		
até 60 dias	98.989	45.245
de 61 a 90 dias	27.732	9.490
de 91 a 180 dias	22.429	14.730
de 181 a 360 dias	27.454	20.150
há mais de 360 dias	135.885	128.451
	2.245.328	2.325.820

10. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Peças e materiais para manutenção e reparos	504.506	397.479
Outros estoques ⁽¹⁾	41.362	51.228
	545.868	448.707
Provisão para perdas de estoques	(73.227)	(82.838)
	472.641	365.869

(1) Outros estoques incluem uniformes, material de papelaria, itens de alimentação e outros estoques.

Itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para ajuste ao valor de realização, conforme demonstrado abaixo:



10.1 Movimentação das provisões para perdas de estoque

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	82.838	87.840
Constituição de provisão	33.835	50.866
Consumo da provisão	(43.445)	(55.868)
Saldo no final do exercício	73.227	82.838

A Administração avaliou que a o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	-	-	157.355	122.296
PIS e COFINS	-	-	155.709	56.770 ⁽¹⁾
IRPJ e CSLL	22.468	17.312	194.999	148.892 ⁽²⁾
Impostos a recuperar no exterior	-	-	56.200	53.418
Demais impostos	-	-	45.536	10.116 ⁽¹⁾
	22.468	17.312	609.799	391.492

(1) O aumento dos saldos de PIS e COFINS a compensar é decorrente de revisão de créditos extemporâneos;

(2) O aumento no saldo de IRPJ e CSLL a recuperar reflete os pagamentos antecipados efetuados conforme legislação vigente, considerando os resultados tributáveis apurados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



12. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
LAN Peru S.A.	-	-	455.284	-
LAN Argentina S.A.	-	-	817.603	-
LAN Pax Group S.A.	-	-	465.139	-
Despesas antecipadas	113	208	126.203	87.488
Depósito em garantia frota	-	-	15.394	30.586
Outras	10	10	60.174	45.584
Total	123	218	1.939.797	163.658
Circulante	113	208	1.931.126	155.073
Não circulante	10	10	8.671	8.585

Conforme mencionado na Nota 24, a Companhia recebeu um aumento de capital integralizado por meio da cessão de contas a receber de partes relacionadas, cujo prazo para recebimento é inferior a 12 meses. Cabe ressaltar que parte do valor foi subsequentemente recebido conforme mencionado na Nota 31.

13. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Peças e materiais para manutenção e reparos	36.336	36.861
Edifícios	789	789
	37.125	37.650
Provisão para perdas	(18.978)	(18.978)
	18.147	18.672



14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

14.1 Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		
	31/12/2017	Resultado	31/12/2018
Prejuízo fiscal	36.042	(36.042)	-
Base negativa da contribuição social	18.877	(18.877)	-
	54.919	(54.919)	-

	Consolidado				
	31/12/2017	Adoção IFRS	Patrimônio líquido	Resultado	31/12/2018
Prejuízo fiscal	364.219	-	-	(12.678)	351.541
Base negativa de contribuição social	150.055	-	-	(4.268)	145.787
Provisão para realização de impostos diferidos	(173.584)	-	-	(49.524)	(223.108)
Impostos diferidos registrados sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	340.690	-	-	(66.470)	274.220
Diferenças temporárias:					
Provisão para devedores duvidosos e demais contas a receber	18.306	-	-	5.144	23.450
Provisão para perda de estoques	28.165	-	-	(3.268)	24.897
Provisão para perdas de estoques e bens disponíveis para venda	6.452	-	-	-	6.452
Provisão para manutenção e arrendamento de frota	485.735	-	-	(15.097)	470.638
Provisão para bônus e PLR	26.590	-	-	(6.943)	19.647
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	211.729	-	-	46.293	258.022
Ajuste IFRS 15	-	31.780	(11.047)	(9.777)	10.956
Outras	(36.909)	-	-	61.371	24.462
Provisão para realização de impostos diferidos	-	-	-	(94.629)	(94.629)
Total	1.080.758	31.780	(11.047)	(83.376)	1.018.115
Parcelamento PERT				1.487	
Imposto líquido em resultado				(81.889)	

14.2 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(140.259)	381.973	196.222	837.876
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	47.688	(129.871)	(66.715)	(284.878)
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(43.143)	173.045	-	-
Despesas indedutíveis	-	(48.662)	(88.460)	(95.489)
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(55.789)	-	(142.014)	69.159
Resultado de investidas no exterior sediadas em Cayman	(18.224)	-	(94.314)	(79.878)
Outros	4.231	(3.348)	103.484	65.526
Resultado com impostos	(65.237)	(8.836)	(288.019)	(325.560)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.318)	(5.969)	(206.130)	(288.692)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(54.919)	(2.867)	(81.889)	(36.868)
Alíquota efetiva	-46,5%	2,3%	146,8%	38,9%



14.3 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia não vem registrando novos créditos de ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízo fiscal de IRPJ, base negativa de CSLL e diferenças temporárias. Os montantes não registrados são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
TSA	49.524	-
TLA	268.213	173.584
ABSA	23.278	25.137
Fidelidade Viagens e Turismo	38.938	40.706

14.4 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

A Companhia avalia periodicamente se é provável que irá gerar lucro tributável futuro para que possa reconhecer o ativo fiscal diferido, tanto sobre diferenças temporárias dedutíveis, como para prejuízos fiscais acumulados. Provisões para perdas são registradas na proporção de que não seja provável que o ativo fiscal diferido será realizado. Ao fazer essa determinação, a Administração considera todas as evidências positivas e negativas disponíveis e faz determinadas estimativas. Entre outras coisas, são considerados o resultado futuro tributável, reversão de impostos diferidos passivos, o ambiente de negócios em geral, os resultados financeiros históricos e estratégias de planejamento tributário. Na avaliação da probabilidade de utilização do ativo fiscal diferido, os fatores significativos que foram considerados incluem:

- os resultados tributários históricos;
- o cenário econômico brasileiro e global;
- o orçamento elaborado pela Administração;
- as taxas US\$ projetadas;
- estimativa de preços dos combustíveis;
- as expectativas de demanda e de oferta feita no mercado brasileiro;
- os projetos transformacionais da Companhia relacionados principalmente a busca de novas oportunidades e redução de custos;
- a simulação de diversos cenários de estresse;



- o impacto futuro das diferenças temporárias tributáveis; e
- incorporação da Multiplus (Nota 1).

Em 31 de dezembro de 2018, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros por empresa, observadas as limitações legais.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido está também baseado em uma série de ações já iniciadas e outras por se iniciarem que irão contribuir para a geração de resultados tributáveis futuros, conforme divulgado na Nota 1.1 destas demonstrações financeiras.

Apresenta-se a seguir a expectativa de realização de impostos diferidos registrados sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social preparada com base nas premissas anteriores:

Ano	Valor estimado de realização
2019	57.600
2020	110.128
2021 em diante	850.387

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A composição dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

	Controladora				
	31/12/2017	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2018
Bloqueios Judiciais	246	6.070	(6.161)	-	155

	Controladora				
	31/12/2016	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2017
Bloqueios Judiciais	172	1.802	(1.728)	-	246



	Consolidado				
	31/12/2017	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2018
Fundo aeroviário	401.968	-	-	16.368	418.336
Cíveis	54.006	7.501	(17.012)	2.632	47.127
Trabalhistas	103.903	55.204	(55.625)	-	103.482
Tributários e previdenciários	156.328	93.684	(4.575)	10.489	255.926
Bloqueios Judiciais	18.268	187.888	(185.922)	1	20.235
	734.473	344.277	(263.134)	29.490	845.106

	Consolidado				
	31/12/2016	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2017
Fundo aeroviário	375.659	-	-	26.309	401.968
Cíveis	65.914	17.391	(32.423)	3.124	54.006
Trabalhistas	89.353	63.703	(49.153)	-	103.903
Tributários e previdenciários	73.730	81.828	(4.084)	4.854	156.328
Bloqueios Judiciais	22.445	202.481	(206.735)	77	18.268
	627.101	365.403	(292.395)	34.364	734.473

As informações acerca das contingências que originaram os depósitos estão detalhadas na Nota 23.

16. INVESTIMENTOS

16.1 Composição dos saldos

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Participação em empresas controladas	2.389.399	534.070



TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 Movimentação dos investimentos diretos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 na controlada TLA, foram encerradas as offshores TAM Capital Inc., TAM Capital 2 Inc. e TAM Capital 3 Inc e no primeiro trimestre de 2019 foram encerradas as offshores TAM Financial Services 1 Limited, TAM Financial Services 2 Limited e TAM Financial Services 3 Limited, conforme divulgado na Nota 31.

	Transportes				ABSA		Total
	Tam Linhas Aéreas S.A	Aéreos del Mercosur S.A	TP Franchising Ltda	Multiplus S.A	Corsair Participações S.A	Aerolinhas Brasileiras S.A	
Em 31 de dezembro de 2016	(1.044.567)	80.305	2.989	169.940	846	98.684	(691.803)
Aumento de Capital	1.112.088	-	-	-	-	-	1.112.088
Recuperação de ações	-	-	-	2.885	-	-	2.885
Resultado de equivalência patrimonial	120.509	17.826	(1.294)	368.868	1.220	1.794	508.923
Constituição de reserva de reavaliação	-	8.672	-	-	-	-	8.672
Constituição de reserva legal	-	(1.189)	-	-	-	-	(1.189)
Ajuste acumulado de conversão	60	2.433	-	-	-	3.931	6.424
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(20.810)	-	(391.120)	-	-	(411.930)
Em 31 de dezembro de 2017	188.090	87.237	1.695	150.573	2.066	104.409	534.070
Adoção IFRS 15	3.871	818	219	(44.874)	-	(5.455)	(45.421)
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	191.961	88.055	1.914	105.699	2.066	98.954	488.649
Aumento de Capital	2.330.405	-	-	-	-	-	2.330.405
Recuperação de ações	-	-	-	(2.438)	-	-	(2.438)
Hedge de fluxo de caixa	(56.274)	-	-	-	-	-	(56.274)
Resultado de equivalência patrimonial	(442.860)	52.493	374	295.989	2.287	(35.175)	(126.892)
Constituição de reserva de reavaliação	-	2.829	-	-	-	-	2.829
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	8.274	-	-	-	16.789	25.063
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(24.068)	-	(247.875)	-	-	(271.943)
Em 31 de dezembro de 2018	2.023.232	127.583	2.288	151.375	4.353	80.568	2.389.399



TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Informações sobre empresas controladas

							31/12/2018
	Tam Linhas Aéreas S.A	Transportes Aéreos del Mercosur S.A	TP Franchising Ltda	Multiplus S.A	Corsair Participações S.A	ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A	Total
Capital Social	2.444.879	-	30	107.300	191	50.696	2.603.096
Quantidade de ações - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	162.246.573	1.000	4.060.702	-
Possuídas-ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.018.157	1.000	4.060.702	-
% de participação							
No capital total	100,00%	94,98%	100%	72,74%	100,00%	100%	-
No capital votante	100,00%	94,98%	100%	72,74%	100,00%	100%	-
Patrimônio líquido	2.023.232	134.328	2.288	229.012	4.354	80.568	-
Valor do investimento	2.023.232	127.582	2.288	151.375	4.354	80.568	2.389.399
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(442.860)	55.267	374	406.914	2.287	(35.175)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(442.860)	52.493	374	295.989	2.287	(35.175)	(126.892)



TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



							31/12/2017
	Tam Linhas Aéreas S.A	Transportes Aéreos del Mercosur S.A	TP Franchising Ltda	Multiplus S.A	Corsair Participações S.A	ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A	Total
Capital Social	7.106.330	-	30	107.300	191	144.061	7.357.912
Quantidade de ações - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	162.246.573	1.000	4.060.702	-
Possuídas-ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.018.157	1.000	4.060.702	-
% de participação							
No capital total	100,00%	94,98%	100%	72,74%	100,00%	100%	-
No capital votante	100,00%	94,98%	100%	72,74%	100,00%	100%	-
Patrimônio líquido	188.090	91.848	1.695	229.668	2.066	104.409	-
Valor do investimento	188.090	87.237	1.695	150.573	2.066	104.409	534.070
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	120.509	18.768	(1.294)	507.105	1.220	1.794	-
Resultado de equivalência patrimonial	120.509	17.826	(1.294)	368.868	1.220	1.794	508.923



17. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

							Consolidado
	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2017	Adições	Transferências ⁽²⁾	Baixas	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	31/12/2018
Custo							
Terrenos	-	41.334	-	-	(31)	688	41.991
Equipamentos de voo	-	4.405.168	392.991 ⁽¹⁾	(25.572)	(182.338) ⁽³⁾	-	4.590.249
Edifícios	-	235.888	-	(704)	(1.431)	1.740	235.493
Computadores e periféricos	-	244.151	4.808	20	(1.550)	887	248.316
Máquinas e equipamentos	-	113.891	744	(157)	-	134	114.612
Imobilizações em andamento	-	25.166	8.643	(15.035)	(33)	24	18.765
Outros	-	513.024	4.108	40.842	1.459	1.275	560.708
		5.578.622	411.294	(606)	(183.924)	4.748	5.810.134
Depreciação							
Equipamentos de voo	4,76%	(2.328.843)	(209.723)	7.941	89.630	-	(2.440.995)
Edifícios	3,08%	(84.861)	(7.255)	354	1.013	(827)	(91.576)
Computadores e periféricos	7,49%	(205.768)	(18.284)	11	1.367	(728)	(223.402)
Máquinas e equipamentos	6,86%	(87.083)	(7.815)	160	-	(78)	(94.816)
Outros	7,72%	(313.951)	(39.614)	(8.273)	10	(1.828)	(363.656)
		(3.020.506)	(282.691)	193	92.020	(3.461)	(3.214.445)
Imobilizado líquido		2.558.116	128.603	(413)	(91.904)	1.287	2.595.689

							Consolidado
	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	31/12/2017
Custo							
Terrenos	-	41.020	-	-	-	314	41.334
Equipamentos de voo	-	4.287.394	252.553 ⁽¹⁾	1.256	(136.035) ⁽²⁾	-	4.405.168
Edifícios	-	224.276	-	11.299	-	313	235.888
Computadores e periféricos	-	238.330	7.281	1.366	(2.995)	169	244.151
Máquinas e equipamentos	-	108.374	291	5.228	(21)	19	113.891
Imobilizações em andamento	-	59.424	16.411	(50.900)	25	206	25.166
Outros	-	479.253	2.144	32.234	(631)	24	513.024
		5.438.071	278.680	483	(139.657)	1.045	5.578.622
Depreciação							
Equipamentos de voo	4,91%	(2.196.527)	(210.463)	(2.964)	81.111	-	(2.328.843)
Edifícios	3,05%	(77.877)	(6.840)	(1)	-	(143)	(84.861)
Computadores e periféricos	8,97%	(185.738)	(21.375)	(25)	1.519	(149)	(205.768)
Máquinas e equipamentos	8,20%	(78.179)	(8.892)	(29)	31	(14)	(87.083)
Outros	8,68%	(272.924)	(41.589)	427	335	(200)	(313.951)
		(2.811.245)	(289.159)	(2.592)	82.996	(506)	(3.020.506)
Imobilizado líquido		2.626.826	(10.479)	(2.109)	(56.661)	539	2.558.116

(1) As adições de equipamentos de voo estão representadas principalmente por capitalização de gastos de manutenção (overhaul) e aquisição de peças sobressalentes das aeronaves próprias ativadas durante o exercício, conforme prática contábil adotada pela Companhia, divulgada na Nota 4.10;

(2) O valor líquido está representado por: transferências para o intangível de gastos referentes a projetos de desenvolvimento de softwares no valor de R\$413 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.109 em 31 de dezembro de 2017);

(3) As baixas de equipamentos de voo representam principalmente o inventário de rotáveis.



18. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é apresentada a seguir:

							Consolidado
			(1)	(2)		Ajuste de conversão para moeda de apresentação	
	Taxas a.a.	31/12/2017	Adições	Transferências	Baixas		31/12/2018
Custo							
Marcas	-	198.195	-	-	-	-	198.195
Softwares	-	899.843	70.949	44.315	(1.825)	-	1.013.282
Softwares em desenvolvimento	-	82.160	129.475	(43.689)	(496)	-	167.450
		1.180.198	200.424	626	(2.321)	-	1.378.927
Amortização							
Marcas	16,98%	(86.800)	(33.662)	-	-	-	(120.462)
Softwares	8,07%	(633.184)	(72.624)	(213)	16	(4)	(706.009)
		(719.984)	(106.286)	(213)	16	(4)	(826.471)
Intangível líquido		460.214	94.138	413	(2.305)	(4)	552.456

							Consolidado
						Ajuste de conversão para moeda de apresentação	
	Taxas a.a.	31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas		31/12/2017
Custo							
Marcas	-	198.195	-	-	-	-	198.195
Softwares	-	870.521	25.380	37.036	(33.055)	(39)	899.843
Softwares em desenvolvimento	-	56.727	60.742	(35.091)	(283)	65	82.160
Outros	-	124.927	-	-	(124.927)	-	-
		1.250.370	86.122	1.945	(158.265)	26	1.180.198
Amortização							
Marcas	12,74%	(61.553)	(25.247)	-	-	-	(86.800)
Softwares	7,62%	(599.536)	(66.333)	164	32.532	(11)	(633.184)
		(661.089)	(91.580)	164	32.532	(11)	(719.984)
Intangível líquido		589.281	(5.458)	2.109	(125.733)	15	460.214

(1) As adições de 2018 e 2017 são, substancialmente, provenientes de capitalização de softwares, referentes ao sistema de gestão de reservas de passagem;

(2) Transferências provenientes do imobilizado de gastos referentes a projetos de desenvolvimento de softwares.

19. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

As subsidiárias TLA e ABSA são arrendatárias em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.



19.1 Arrendamentos financeiros

A subsidiária TLA contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos de informática, aeronaves, motores, máquinas e equipamentos destinados à manutenção de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2018, a subsidiária possuía 8 aeronaves (8 aeronaves em 31 de dezembro de 2017), adquiridos por meio de arrendamento financeiro.

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia e depósitos em garantia. As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são as práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme demonstrado a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante:

	Consolidado			
	Fluxo e pagamentos contratuais futuros	Valor presente dos pagamentos mínimos	Total	
			31/12/2018	31/12/2017
Até 1 ano	241.624	210.218	210.218	167.841
Entre 1 e 5 anos	1.043.135	1.040.382	1.040.382	1.022.785
Superior a 5 anos	43.855	32.454	32.454	-
			1.283.054	1.190.626
		Circulante	210.218	167.841
		Não circulante	1.072.836	1.022.785



A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:

	Taxa média depreciação a.a.	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Custo			
Aeronaves	-	308.692	299.168
Motores	-	321.205	201.089
		629.897	500.257
Depreciação			
Aeronaves	10%	(88.065)	(67.283)
Motores	12%	(122.733)	(87.090)
		(210.798)	(154.373)
Ativos líquidos		419.099	345.884

19.2 Arrendamentos operacionais

A Companhia, por meio de suas subsidiárias TLA e ABSA, assumiu compromissos não canceláveis de arrendamento operacional de 137 aeronaves, 42 motores, 4 unidades auxiliares de energia "APU" e 1 unidade de ventilador em 31 de dezembro de 2018 (138 aeronaves, 39 motores e 1 unidade de energia ("APU") em 31 de dezembro de 2017). A maior parte destes contratos são transações com partes relacionadas e possuem prazo médio de 60 meses e são atualizados com base na variação do US\$, acrescidos da variação da taxa LIBOR. Para os referidos arrendamentos foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia no valor de R\$42.048 em 31 de dezembro de 2018 (R\$39.696 em 31 de dezembro de 2017).

Os gastos incorridos com arrendamentos operacionais contabilizados na rubrica de custo dos serviços prestados totalizaram R\$1.723.353 no período findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.649.575 em 31 de dezembro de 2017).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Até 1 ano	207.565	1.063.527
Entre 1 e 2 anos	180.324	704.294
Entre 2 e 5 anos	238.265	1.080.769
Superior a 5 anos	-	1.017.595
	626.154	3.866.185



A variação nos compromissos futuros reflete a alteração de diversos contratos de subarrendamento operacional com parte relacionadas, dos quais em dezembro de 2018 foram ajustados para pagamentos contingentes calculados em função da utilização dos ativos, de tal forma que o compromisso futuro não pode ser determinado antecipadamente.

20. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Terceiros	147	165	2.551.515	2.024.897
Partes relacionadas (Nota 26.3)	180	151	3.912.642	1.947.272
	327	316	6.464.157	3.972.169

O aumento do saldo de fornecedores refere-se principalmente por revisão estratégica dos acordos no prazos de pagamentos.

21. RECEITAS DIFERIDAS

As receitas diferidas estão compostas conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Transporte a executar	1.841.153	2.340.853
Pontos de programa de fidelidade	1.131.043	1.179.897
Pacotes turísticos	2.416	4.030
	2.974.612	3.524.780

A receita de transporte a executar é representada por aproximadamente 9,7 milhões de cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (6,1 milhões em 31 de dezembro de 2017) com prazo médio de utilização de 60 dias (60 dias em 31 de dezembro de 2017).

Os valores registrados no grupo de Pontos de Programa de Fidelidade são avaliados pelo seu valor justo no momento do acúmulo em operação de voos LATAM ou pelo valor da transação de venda aos parceiros do programa de fidelidade. No resgate dos pontos por produtos ou serviços, o valor originalmente diferido para cada lote de pontos é considerado como preço da receita no cumprimento da obrigação de desempenho. Os valores do grupo de Pontos de Programa de Fidelidade são deduzidos da estimativa dos pontos que provavelmente deverão expirar sem utilização dos participantes, uma vez que os pontos expiram em média em dois anos da data de emissão, sendo que para alguns participantes pode haver prazos maiores, conforme regulamento do Programa.



22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Consolidado
	31/12/2018
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>	
Passivo	
Hedge de fluxo de caixa	
Prêmio de derivativos - <i>Swap</i> de combustível	(31.751)
Hedge de valor justo	
<i>Swap</i> de combustível	56.274
Total de outros passivos financeiros	24.523

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

23.1 Contingências com estimativa de perda provável

						Consolidado
	31/12/2017	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2018
Fundo aeroviário	331.596	-	-	-	11.019	342.615
Tributários e previdenciários	244.438	103.292	(2.074)	-	3.281	348.937
Cíveis	222.788	166.090	(41.724)	(133.225)	34.799	248.728
Trabalhistas	84.747	73.674	(3.696)	(78.221)	7.250	83.754
	883.569	343.056	(47.494)	(211.446)	56.349	1.024.034



						Consolidado
	31/12/2016	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2017
Fundo aeroviário	342.004	-	(28.501)	-	18.093	331.596
Tributários e previdenciários	217.980	96.354	(74.349)	(13.539)	17.992	244.438
Cíveis	190.004	155.027	(43.722)	(90.626)	12.105	222.788
Trabalhistas	84.303	65.576	(24.964)	(44.218)	4.050	84.747
	<u>834.291</u>	<u>316.957</u>	<u>(171.536)</u>	<u>(148.383)</u>	<u>52.240</u>	<u>883.569</u>

23.1.1 Fundo Aeroviário

A Companhia está discutindo a cobrança da contribuição equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salário, denominado nesta demonstração financeira como "fundo aeroviário", recurso a ser destinado as entidades privadas de serviço social e de formação profissional. Por meio dos efeitos de uma medida cautelar, inicialmente, a Companhia não estaria obrigada a recolher referida contribuição, contudo, foi promulgada uma decisão em primeira instância desfavorável à Companhia, revogando assim a medida cautelar. A Companhia vem efetuando o pagamento dessa contribuição por meio de depósito judicial.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R\$342.615 (R\$331.596 em 31 de dezembro de 2017), enquanto, os depósitos judiciais totalizam R\$418.336 em 31 de dezembro de 2018 (R\$401.968 em 31 de dezembro de 2017).

23.1.2 Contingências tributárias e previdenciárias

- (i) A Companhia apropriou-se de créditos de PIS e COFINS oriundos do consumo de combustível de aviação para rotas com destinos internacionais, sendo esta prática contestada pelo órgão fiscalizador, Receita Federal do Brasil. A variação ocorrida entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018 trata-se de prescrição do período de abril a dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R\$110.297 (R\$106.639 em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) A Companhia, em conjunto com outras empresas do setor aéreo, representadas pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias ("SNEA") ingressou com processo contra a União Federal para discutir o aumento de 72% dos valores de TAT-ADR (Tarifa de Controle de Aeródromo) e TAT-APP (Tarifa de Controle de Aproximação) imposto pelo Departamento de Controle de Espaço Aéreo ("DECEA"), que foi deferida liminar para que os valores referentes ao aumento sejam depositados em juízo como garantia no processo, tais valores estão sendo provisionados. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R\$164.383 (R\$76.475 em 31 de dezembro de 2017).



23.1.3 Contingências cíveis

No exercício de 2009, foi imposta uma multa à ABSA, pela Secretaria de Direito Econômico ("SDE") e, posteriormente, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A ABSA foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R\$ 114.134.

De acordo com nossos assessores jurídicos, estimou-se uma probabilidade de cerca de 60% de chance de redução da base de cálculo da multa imposta à ABSA, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio do ne bis in idem que garante de maneira mais ampla possível o afastamento da cobrança de qualquer tipo de duplicidade punitiva a fim de se evitar que a pena se torne desproporcional, dentre outros argumentos. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão referente a causa em questão totalizou o montante de R\$40.845 (R\$39.127 em 31 de dezembro de 2017).

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

23.2 Contingências com estimativa de perda possível

A Companhia possui contingências, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2018, a posição das contingências possíveis totaliza o montante de R\$5.974.508 (R\$3.933.159 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	3.359.933	2.794.043
Trabalhistas	2.435.533	983.960
Cíveis	179.042	155.156
	5.974.508	3.933.159

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham probabilidade de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir.



23.2.1 Contingências tributárias

23.2.1.1 Imposto Sobre Serviços

A Companhia recebeu autos de infrações lavrados pela Municipalidade de São Paulo objetivando o recolhimento do ISS sobre os pacotes turísticos que a subsidiária integral LATAM Travel comercializa, entretanto, a Companhia entende que a receita desta Entidade refere-se a intermediação de venda de pacotes e não revenda dos mesmos, desta forma a Administração entrou com Ação Anulatória dos autos de infrações. Em 31 de dezembro de 2018, o valor dessa ação representa o montante de R\$332.780 (R\$358.574 em 31 dezembro de 2017).

23.2.1.2 PIS e COFINS

Em 19 de agosto de 2014, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$175.886, por entender que uma parte dos créditos compensados de PIS e COFINS pela Companhia não estão diretamente relacionados com à atividade de transporte aéreo. A Administração apresentou impugnação no âmbito administrativo em 17 de setembro de 2014, a qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total desse auto de infração é de R\$255.405 (R\$244.429 em 31 dezembro de 2017).

Adicionalmente, também foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$141.253, relacionado a compensação de créditos de PIS e COFINS que se deu por meio de PerdComp. A manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada improcedente, razão pela qual foi apresentado recurso voluntário pela Administração que aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2018 o valor total desses autos corresponde a R\$221.796 (R\$212.982 em 31 dezembro de 2017).

23.2.1.3 Seguro de Acidente do Trabalho ("SAT")

Em 07 de julho de 2015 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$170.823, em virtude de supostas irregularidades da Companhia referentes aos recolhimentos efetuados a título de Seguro de Acidente do Trabalho ("SAT"), nas competências 01/2011 à 12/2012 e respectivos 13º salários. A Administração apresentou embargos de declaração no âmbito administrativo em 09 de outubro de 2017, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total desse auto de infração é de R\$229.843 (R\$219.184 em 31 dezembro de 2017).

Em 29 de outubro de 2018, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$457.152, em virtude de supostas irregularidades da Companhia referentes aos recolhimentos efetuados a título de contribuição previdenciária



sobre o grau de incidência laborativa e riscos de acidente do trabalho (GILRAT - antigo "SAT"), nas competências 11/2013 à 12/2017. A Administração apresentou Impugnação Administrativa em 28 de novembro 2018, o qual aguarda julgamento perante a Delegacia da Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total desse auto de infração é de R\$459.392.

23.2.1.4 Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI")

Nos exercícios de 2005 e 2006, a ABSA foi autuada pelo valor de R\$36.305 em virtude do não recolhimento de impostos e multas a título de Imposto de Importação ("II") e Impostos sobre Produtos Industrializados ("IPI"). A Companhia ingressou com ação anulatória, que ainda aguarda julgamento, pleiteando sua ilegitimidade passiva por não ter transportado a mercadoria que ensejou a lavratura do auto de infração, bem como, por entender que inexistente norma legal que responsabilize o transportador pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extravio da mercadoria. Em 2015, a União, por sua vez, ingressou com Execução Fiscal para cobrança dos tributos em questão, ainda sem decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total dessa ação corresponde a R\$54.570 (R\$52.305 em 31 de dezembro de 2017).

23.2.1.5 Outros

Em relação ao incremento das contingências classificadas com prognóstico de perda possível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia destaca a seguir as principais mudanças ocorridas:

- (i) Em 08 de outubro de 2014, a Companhia recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal referente a Contribuição ao Fundo Aeroviário do período de janeiro de 2009 à dezembro/2010. Em 31 de dezembro de 2018, o valor deste processo é de R\$83.564 (R\$79.926 em 31 dezembro de 2017).
- (ii) Em 20 de março de 2017, a Companhia foi citada na execução fiscal ajuizada pela União Federal objetivando a cobrança de débitos a título de CSLL referentes aos anos de 2004 à 2007, sendo que o processo aguarda a apresentação de defesa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total desta ação é de R\$151.980 (R\$143.791 em 31 dezembro de 2017).



- (iii) Execução fiscal ajuizada pela Fazenda do Estado de São Paulo objetivando a cobrança de débitos a título de ICMS e multas legais referentes aos anos de 1997 à 2001. Em 31 de dezembro de 2018, o valor desta ação é de R\$37.412 (R\$35.984 em 31 dezembro de 2017).
- (iv) Em 29 de agosto de 2017, a Companhia recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo multa aduaneira por descumprimento de obrigação acessória em declaração de importação. Em 31 de dezembro de 2018 o valor deste processo é de R\$78.100 (R\$73.615 em 31 dezembro de 2017).
- (v) Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo débitos de PIS e COFINS, referente ao ano de 2012. Em 31 de dezembro de 2018 o valor deste processo é de R\$119.941 (R\$113.537 em 31 dezembro de 2017).

23.2.2 Contingências trabalhistas

No exercício de 2016, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública, requerendo que a Companhia promova a adequação do seu ambiente de trabalho à legislação em vigor quanto às condições ergonômicas das aeronaves A-330, para que sejam disponibilizados assentos de descanso totalmente horizontais e isolados para tripulação de revezamento, além de indenização por danos morais coletivos. A Companhia apresentou defesa e, atualmente, o processo aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2018 o valor total dessa ação corresponde a R\$64.226 (R\$56.997 em 31 dezembro de 2017). Destaca-se que a Companhia deixou de operar as aeronaves do referido modelo desde abril de 2016.

Em relação ao incremento das contingências trabalhistas classificadas com prognóstico de perda possível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia destaca a Reforma Trabalhista, que gerou diminuição da entrada de novos processos e como consequência a maior evolução no andamento processual e sua reavaliação.

23.2.3 Contingências cíveis

Dentre os processos judiciais de natureza cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.



23.2.4 Outros

23.2.4.1 Adicional de tarifa aeroportuária

No ano de 2001, a Companhia em conjunto com outras companhias do setor aéreo ajuizou uma ação de repetição de indébito com objetivo de buscar a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária para ver-se desobrigada a recolher Adicional de Tarifa Aeroportuária (“ATAERO”), cumulado com pedido de repetição de indébito para os valores pagos até o momento do ajuizamento da ação. Todavia, em 2016, em virtude de decisão judicial proferida desfavoravelmente à Companhia, a ação teve seu prognóstico reavaliado, passando a ser classificada com risco de perda possível. Destaca-se que a Companhia não deixou de pagar essa tarifa e configura como autora no processo, entretanto, caso o desfecho do processo seja desfavorável, honorários de sucumbência correspondentes a 20% do valor da ação serão devidos. O processo aguarda julgamento em instâncias superiores. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atribuído a causa conjunta é de R\$5.251 (R\$5.145 em 31 dezembro de 2017).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia sofreu uma redução líquida de R\$3.750.009, por meio dos seguintes atos societários:

- (i) aumento de capital de R\$1.440.505, conforme assembleia geral extraordinária de 24 de janeiro de 2018, o qual foi totalmente integralizado por meio de cessão de contas a receber de partes relacionadas, que na mesma data foi também repassado à TAM Linhas Aéreas como investimento, conforme divulgado nas Notas 1.1 e 12, destas demonstrações financeiras;
- (ii) aumento de capital de R\$641.900, conforme assembleia geral extraordinária de 05 de fevereiro de 2018; e
- (iii) redução do capital de R\$5.832.414, por absorção de prejuízos acumulados, conforme assembleia geral ordinária e extraordinária de 27 de abril de 2018.

Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$5.730.908 em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.980.899 em 31 de dezembro de 2018 e está representado por 2.064.602 ações ordinárias.



25. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

25.1 Multiplus

O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo em que o direito é adquirido (período de vesting), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com contrapartida no patrimônio líquido. A subsidiária possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

(i) Programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas da subsidiária Multiplus aprovaram a diluição máxima de 3% do número de ações em circulação que poderá ser utilizada pela diretoria para concessão de opções aos seus funcionários.

	Número de opções em circulação	Preço médio do exercício - R\$
Saldo no início do exercício	316.025	44,12
Exercidas	(68.525)	33,06
Saldo no final do exercício	247.500	51,25

As opções são avaliadas pelo modelo de precificação Black-Scholes. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	3ª outorga	4ª outorga	Total
Data da outorga	21/03/2012	03/04/2013	
Data da última modificação	N/A	N/A	
Quantidade de ações	378.517	566.491	945.008
Preço de exercício na data da outorga após a modificação	17,19	19,07	-
Taxa de juros, isenta de risco - %	10,30	7,16	-
Rendimento esperado do dividendo - %	4,17	4,49	-
Volatilidade das ações no mercado - %	32,78	34,56	-
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$	21,00	15,12	-
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$	N/A	N/A	-
Valor justo da opção na data da outorga - R\$	8,04	3,23	-
Valor justo da opção na data da modificação - R\$	N/A	N/A	-
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2018	12,17	13,78	-
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2018	84.249	163.251	247.500
Valorização das opções em circulação - 31/12/2018 - R\$	3.943.516	8.652.438	12.595.954



A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da subsidiária Multiplus negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

(ii) Plano de ações restritas (liquidável em títulos patrimoniais)

Em 8 de março de 2016, o Conselho de Administração deliberou aprovar a outorga de um total de 138.282 Ações Restritas aos Executivos da subsidiária Multiplus.

Estas ações serão compradas pela Companhia do mercado e entregue aos executivos no momento da liquidação, desta forma a subsidiária Multiplus vem reconhecendo a despesa equivalente ao plano em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido, que será utilizada para a futura compra destas ações. A despesa é calculada por meio do cálculo do valor presente do preço de exercício multiplicado pela quantidade de ações, apropriado ao longo do prazo de vigência dos planos.

O direito dos beneficiários em relação às Ações Restritas somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:

(a) Atingimento da meta de desempenho definida pelo Conselho de Administração como o retorno sobre o capital investido; e

(b) O beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da subsidiária Multiplus, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir descritas, para aquisição dos direitos relativos às seguintes frações: (i) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da data de outorga; (ii) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da data de outorga; e (iii) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

A movimentação das ações restritas em 31 de dezembro de 2018 são:

	Quantidade de ações
Saldo no início do exercício	309.710
Exercidas	(83.958)
Não adquiridas por desligamento	(8.916)
Saldo no final do exercício	216.836



26. PARTES RELACIONADAS

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de operações de contratação e prestação de serviços, operações de mútuo baseadas em contrato.

26.1 Contrato operacional

Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos e condições que regem o relacionamento entre as subsidiárias Multiplus e a TLA, no que se refere:

- Continuidade do gozo, pelos clientes da TLA que participam dos benefícios do Programa de Fidelidade mediante o uso de pontos a eles concedidos; e
- Resgate dos pontos pelos membros do Programa Fidelidade através da Rede Multiplus. Estabeleceu, também, as condições para a compra e a venda de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa TAM Fidelidade e as suas respectivas remunerações.

A Companhia não pretende prorrogar ou renovar o contrato operacional firmado entre as partes, conforme comentado em Notas 1 e 31.

26.2 Posições ativas com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante				
Contas a receber				
LATAM Airlines Group S.A.	(1) -	-	3.005.442	1.414.265
LAN Chile Cargo S.A.	(2) -	-	1.184.295	847.520
Aerotransportes Más de Cargas S.A.	-	-	-	43.383
LAN Argentina S.A.	-	-	22.860	20.837
LAN Peru S.A.	-	-	30.593	16.689
Outras partes relacionadas	5	5	214.957	130.682
	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>4.458.147</u>	<u>2.473.376</u>
Demais contas á receber				
LAN Peru S.A.	-	-	455.284	-
LAN Argentina S.A.	-	-	817.603	-
Lan Pax Group S.A.	-	-	465.139	-
Total do ativo circulante	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>6.196.173</u>	<u>2.473.376</u>
Total do ativo	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>6.196.173</u>	<u>2.473.376</u>

Demonstramos abaixo o resumo das principais variações de partes relacionadas a receber:

(1) redelivery a receber (devolução de aeronave em melhores condições à acordada com o arrendador), venda de espaço em aeronave e cobranças interlíneas;

(2) Venda de espaço de carga para utilização da Lan Chile Cargo.



26.3 Posições passivas com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Passivo circulante					
Fornecedores					
LATAM Airlines Group S.A.	(1) Controladora	180	151	2.262.651	876.476
LAN Chile Cargo S.A.	(2) Outras partes relacionadas	-	-	987.645	699.962
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	237.650	72.537
Linhas Aéreas Cargas	Outras partes relacionadas	-	-	262.435	193.855
Aerotransportes Más de Cargas S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	17	17.208
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	58.899	27.507
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	-	-	103.345	59.727
		180	151	3.912.642	1.947.272
Mútuos					
TAM Linhas Aéreas S.A.	Controlada	115	15.000	-	-
Total do passivo circulante		295	15.151	3.912.642	1.947.272
Passivo não circulante					
Mútuos					
Lan Cargo Overseas Limited	Outras partes relacionadas	2.978	2.978	2.978	2.978
Aerotransportes Más de Cargas S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	5.617	4.796
LATAM Finance S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	220.928	230.232
Total do passivo não circulante		2.978	2.978	229.523	238.006
Total do passivo		3.273	18.129	4.142.165	2.185.278

Demonstramos abaixo o resumo das operações de partes relacionadas a pagar:

- (1) referente a compra de espaço em aeronave para transporte de cargas, redelivery de aeronave e sublease;
- (2) sublease a pagar para a Lan Chile.



26.4 Transações com partes relacionadas

		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Vendas de espaço para cargas			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	768.220	614.482
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	145.448	120.903
Aerotransportes Más de Cargas S.A.	Outras partes relacionadas	11.514	16.079
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	-	1.806
Compra de espaço para cargas			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(102.678)	(66.005)
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(9.102)	(12.704)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	-	(177)
Outras receitas operacionais			
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	3.662	3.796
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	156.650	62.231
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	1.238	2.691
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	Outras partes relacionadas	2.020	547
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	6.319	2.691
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	2.934	1.371
Aerotransporte Más de Cargas S.A	Outras partes relacionadas	258	110
Outras despesas operacionais			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(368.378)	(227.733)
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	(124.917)	(106.049)
Lineas Aereas Nacionales	Outras partes relacionadas	(47.914)	(25.017)
LAN Cargo Repair Station	Outras partes relacionadas	(20.563)	(13.667)
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	(19.805)	(17.253)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	(15.775)	(16.025)
Arrendamento			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	(1.516.986)	(1.314.477)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	19.627	15.868
Resultado financeiro			
Latam Airlines Group S.A.	Controladora	61.730	(10.494)
LAN Argentina S.A (Aero 2000 S.A)	Outras partes relacionadas	145.523	1.934
Lan Cargo S.A	Outras partes relacionadas	5.688	176
LATAM Finance Limited	Outras partes relacionadas	(42.627)	(16.014)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	72.633	(4.622)

26.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da Administração inclui o presidente e os diretores estatutários. A remuneração do pessoal chave é significativamente influenciada pelo plano de remuneração variável vinculado às ações da LATAM. Derivado da desvalorização das ações entre 2018 e 2017, a remuneração do pessoal chave da gerou uma reversão líquida nos gastos correntes em R\$5.589 (R\$21.001 gastos em 31 de dezembro de 2017).



27. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Transporte de passageiros	15.949.486	13.033.723
Transporte de cargas	1.842.142	1.656.018
Programa Fidelidade (Multiplus)	524.158	888.122
Outras receitas	290.725	1.114.149
Receita bruta	18.606.511	16.692.012
Impostos e outras deduções	(854.994)	(830.889)
Receita líquida	17.751.517	15.861.123

Conforme mencionado e demonstrado comparativamente na Nota 4.27.1.3, a partir de 1º de janeiro de 2018, como consequência da adoção do CPC 47, as receitas auxiliares, que eram anteriormente classificadas dentro do grupo "outras" na tabela acima passam a ser divulgadas junto com a receita de transporte de passageiros.



28. RESULTADO POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	2.499.933	2.408.002
Combustível (1)	5.848.097	3.967.086
Depreciação e amortização	266.225	281.518
Manutenção e reparos	1.368.545	1.292.482
Seguro de aeronaves	46.532	48.399
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	1.316.023	1.145.613
Arrendamentos	1.925.168	1.649.575
Serviços de terceiros	1.206.718	802.871
Custo com compra de pontos	100.449	95.139
Outros	779.737	1.021.309
	15.357.427	12.711.994
Despesas com vendas		
Pessoal	160.467	158.235
Depreciação e amortização	44.784	14.608
Serviços de terceiros	332.827	329.759
Vendas e <i>marketing</i>	744.135	693.594
Outras	82.463	73.480
	1.364.676	1.269.676
Gerais e administrativas		
Pessoal	180.548	248.347
Depreciação e amortização	77.968	79.990
Serviços de terceiros	183.811	252.689
Outras	220.819	195.707
	663.146	776.733

(1) A variação no custo com combustível é decorrente do aumento do preço por barril em 28% (US\$50.79 em 31 de dezembro de 2017 para US\$65.06 em 31 de dezembro de 2018), desvalorização do Real frente ao Dólar (3,8748 em 31 de dezembro de 2018 e 3,3080 em 31 de dezembro de 2017) e do consumo em 5%.

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas				
Outros	-	7	23.446	-
Despesas				
Perda de <i>slots</i> (Pantanal) (1)	-	(124.927)	-	(124.927)
Transferência de aeronaves para LATAM	-	-	-	(14.602)
Provisão para venda de materiais	-	-	-	(30.193)
Outros	-	-	-	(31.644)
	-	(124.920)	23.446	(201.366)



(1) Em 31 de dezembro de 2017, a Administração reconheceu uma perda por recuperabilidade temporária referente a ativos denominados "slots", oriundos da aquisição da Pantanal Linhas Aéreas S.A., incorporada pela subsidiária TLA no ano de 2011. Essa perda decorre de um estudo elaborado pela Administração que considerava o histórico recente e as perspectivas de lenta recuperação do mercado doméstico de transporte de passageiros, conforme publicado em 31 de dezembro de 2017, Nota 18.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Receita de juros sobre mútuo (1)	-	-	-	70.544
Receita de juros	776	477	69.079	93.071
Outras receitas financeiras	-	-	138.038	201.817
	776	477	207.117	365.432
Despesas financeiras				
Despesas de juros	-	-	(58.489)	(238.151)
Outras	(13.840)	(2.798)	(111.565)	(138.979)
	(13.840)	(2.798)	(170.054)	(377.130)
Variação cambial líquida (2)	(23)	(2)	(230.555)	(51.780)
Resultado financeiro líquido	(13.087)	(2.323)	(193.492)	(63.478)

(1) As receitas sobre mútuos correspondem a operações com LATAM Airlines Group liquidadas em 2017, conforme detalhada na Nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, emitida em 23 de março de 2018;

(2) Variação decorrente da desvalorização do Real frente o Dólar em 17%.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1 Aquisição de ações da Multiplus

Em 28 de fevereiro de 2019, a subsidiária TLA recebeu um ofício da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual formalizava a aceitação do pedido de registro da oferta pública de aquisição de ações de minoritários da Multiplus S.A., que dará origem ao cancelamento do registro e saída da Multiplus S.A. do "Novo Mercado". Nesta mesma data, houve recebimento de R\$1.220.392 como parte dos recursos necessários para liquidar a operação, bem como em 29 de janeiro de 2019 houve ingresso de R\$227.599, ambos oriundos de recebimento de títulos de partes relacionadas.



Em 01 de abril de 2019, como resultado do Leilão, a TLA adquiriu 38.116.231 ações, representando 23,49% (calculado com base no total de ações emitidas). As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$26,84 reais, totalizando o valor de aproximadamente R\$1 bilhão de reais, cuja liquidação financeira ocorreu em 04 de abril de 2019. As ações em circulação remanescentes representam 3,65% do capital social da Companhia (calculado com base no total de ações emitidas, excluindo as ações em tesouraria da Multiplus S.A.) e serão negociadas individualmente. Após a concretização da recompra das ações remanescentes e o consequente fechamento do capital da Multiplus, a Companhia fará combinação de negócios da Multiplus S.A. e da TAM Linhas Aéreas S.A.

31.2 Encerramento de controladas

As Sociedades TAM Financial Services 1 Limited, TAM Financial Services 2 Limited e TAM Financial Services 3 Limited foram encerradas no primeiro trimestre de 2019.

31.3 Oferta por ativos da Avianca Brasil

Em 3 de abril de 2019, a subsidiária TLA comprometeu-se em apresentar uma proposta mínima de US\$70 milhões no leilão de compra de pelo menos uma Unidade Produtiva Isolada (UPI) juntamente com seus respectivos ativos (incluindo, entre outros, contratos, certificados operacionais, permissões e slots) da Oceanair Linhas Aéreas S.A. e AVB Holding S.A. (juntamente denominada Avianca Brasil).

Além disso, sujeita ao cumprimento de certas condições, a TLA comprometeu-se em fornecer à Avianca Brasil empréstimos no valor de pelo menos US\$13 milhões para financiar, em parte, o capital de giro e apoiar a continuidade das operações.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 30 de abril de 2019.

Maurício Rolim Amaro
Presidente do Conselho de Administração

Enrique Miguel Cueto Plaza
Membro do Conselho de Administração



Flávia Turci
Membro do Conselho de Administração

Henri Philippe Reichstul
Membro do Conselho de Administração

Ignácio Javier Cueto Plaza
Membro do Conselho de Administração

Sonia Julia Sulzbeck Villalobos
Membro do Conselho de Administração

Jerome Paul Jacques Cadier
Diretor Presidente

Sergio Fernando Bernardes Novato
Diretor de Operações

Felipe Ignacio Pumarino Mendoza
Diretor Financeiro

Adriana Ferreira Farias Sivieri Arbex
Gerente de Controladoria
CRC 1SP - 257816/O-3

